

## EDITORIAL

O Curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário tem o privilégio de lançar o periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, referente a abril de 2016, constituído por quatro textos, enfocando os cenários políticos e econômicos do País, e as partes fixas do Panorama Econômico e dos Indicadores.

O primeiro artigo descreve os detalhes da queda de -3,8% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, no exercício de 2015. A segunda reflexão traz breve interpretação das manifestações populares realizadas em 13 de março de 2016.

A terceira incursão discute as saídas políticas para o presente impasse brasileiro, acompanhadas dos correspondentes desdobramentos econômicos. Já o quarto texto avalia a fragilização do principal ativo edificado pela nação desde a estabilização monetária de 1994: a inclusão social.

Ótima leitura.

*Gilmar Mendes Lourenço*

*Editor*

## EQUIPE TÉCNICA



### ***Carlos Ilton Cleto***

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



### ***Gilmar Mendes Lourenço***

Economista, mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, professor da FAE, eleito “O Economista Paranaense Acadêmico do Ano de 2011”, pelo Corecon/PR, e vencedor do Prêmio “Imprensa”, em 2011, 2012, 2013 e 2014, na categoria gestor de empresa pública, oferecidos pelo grupo Quality TV & Jornais.



### ***Gustavo Nunes Mourão***

Economista, mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá e professor da FAE.

## FEIÇÕES DE UMA ECONOMIA EM RECESSÃO PROFUNDA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Estimativas preliminares, preparadas pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam recuo de -3,8% do produto interno bruto (PIB) do País, no exercício de 2015, confirmando os cálculos apurados anteriormente pelo índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-BR), o que comprova a adequação do arcabouço metodológico, da base informacional e dos procedimentos de aferição empregados pelo BC para a mensuração de indicadores.

Trata-se do maior tombo econômico da nação desde 1990 - quando houve decréscimo de -4,3%, derivado dos efeitos do confisco de ativos financeiros, promovido pelo governo Collor - e o terceiro mais acentuado, em um painel de 32 países, elaborado pela Consultoria Austin Rating, ficando a frente apenas da Ucrânia (-6,4%), ainda vitimada por resquícios dos conflitos com a Rússia, e da Venezuela (-4,5%), que, além de colher o caos econômico semeado em vários anos de governos bolivarianos, foi fortemente abalada pela progressiva redução dos preços do barril do petróleo.

Se, ao sofrível desempenho de 2015, forem acrescentados os números da marcha cadente, experimentada a partir do segundo trimestre de 2014, constata-se declínio de -6,3% do PIB, em um ano e nove meses, evento inédito na história desta nação. Para piorar, a incorporação das previsões realizadas pela Pesquisa Focus, do BC, para o corrente ano, enseja verificar decréscimo acumulado próximo de -10,0% do PIB, entre abril de 2014 e dezembro de 2016, o que configurará a mais profunda e prolongada retração de que se tem notícia por aqui, sem conseguir aplacar o ímpeto inflacionário, alimentado pelo descontrole das finanças públicas.

Conforme a radiografia do colapso de 2015, pelo ângulo da produção, os motores do comportamento negativo foram a indústria (-6,2%) e os serviços (-2,7%), não compensados pelo avanço de 1,8% da agropecuária, imputado pontualmente ao incremento aferido nas quantidades colhidas nas lavouras de soja (11,9%) e milho (7,3%).

No setor fabril, a transformação despencou -9,7%, influenciada pelos segmentos da metalmeccânica, alimentos, bebidas, produtos têxteis e vestuário; e a construção civil e os serviços industriais (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana), diminuíram -7,6% e -1,4%, respectivamente. A performance desfavorável de serviços é explicada por comércio (-8,9%) e transporte, armazenagem e correios (-6,5%). Enquanto isso, as atividades extrativas avançaram 4,9%, impulsionadas por petróleo, gás e mineração.

Pela ótica da utilização final, identificaram-se quedas na formação bruta de capital fixo (investimentos) - exibindo uma incrível sequência negativa de dez trimestres -, consumo das famílias, gastos do governo e importações, de -14,1%, -4,0%, -1,0% e -14,3, respectivamente, e acréscimo de 6,1% no volume de exportações.

No caso do capital fixo, a regressão decorreu, primordialmente, da diminuição da produção e aquisições externas de máquinas e equipamentos, o que resultou em taxa de investimento de 18,2% do PIB, praticamente retroagindo aos patamares de 2007 (18,0% do PIB).

Tal fenômeno é consequência da escassez e encarecimento do crédito e da deterioração da confiança dos atores, vinculada às incertezas geradas pela ausência de uma potente e consistente orientação econômica - notadamente depois da necessidade de total descumprimento dos compromissos populistas assumidos, pela candidata Dilma Rousseff, na campanha à reeleição, em 2014 -, pela exacerbação dos desacertos políticos e pela constituição de esquemas de fisiologismo e corrupção.

Essa onda baseou-se na multiplicação de escândalos de corrupção, voltada a viabilizar a constituição de uma teia de favorecimentos que abarcou executivo, legislativo e parcela expressiva do empresariado, materializada em desvios de vultosas cifras de empresas estatais, destinados ao financiamento das campanhas eleitorais e/ou ao reforço dos caixas de membros da aliança governante.

Ademais, a contínua e expressiva compressão da inversão produtiva compromete, irremediavelmente, a capacidade de expansão do sistema econômico da nação em médio e longo prazo. Não seria ocioso sublinhar que o investimento presente representa emprego e massa de salários futuros.

Já a contração do consumo, a primeira desde 2003, repousou na diminuição do poder aquisitivo das famílias e da massa de salários, atrelada à aceleração da inflação e à subida do desemprego, na menor oferta e aumento do preço do crédito e na ampliação do endividamento, da inadimplência e, principalmente, da insegurança em relação ao futuro.

*As providências  
desastrosas,  
batizadas, a partir de  
2012, de Nova Matriz  
(armadilha)  
Econômica,  
eliminaram o tripé da  
estabilização, o que  
deixou o clima de  
negócios à mercê da  
improvisação.*

A redução dos dispêndios governamentais esteve intimamente ligada ao decréscimo de -5% da arrecadação (já descontada a inflação) - apesar da majoração do fardo de impostos -, graças à recessão, e à estrutural falência fiscal e insolvência financeira do setor público, provocada pelo conjunto de medidas econômicas equivocadas e irresponsáveis, executadas desde fins de 2008.

Mais especificamente, as providências desastrosas, batizadas, a partir de 2012, de Nova Matriz (armadilha) Econômica, eliminaram o tripé da estabilização, formado por câmbio flutuante, superávits fiscais primários e metas de inflação, sem colocar, rigorosamente, nada no lugar, o que deixou o clima de negócios à mercê da improvisação.

Por fim, a solitária reação das exportações refletiu a perene eficiência do agronegócio, beneficiado, de maneira localizada, pela depreciação do real, o que veio compensar a queda da corrente de renda, ocasionada pelo declínio das cotações das commodities alimentares nos mercados globais, em função, especialmente, da pronunciada desaceleração do crescimento da economia chinesa.

Em um plano geral, o mais preocupante, porém, é que diferentemente das crises observadas em outros períodos, nas imagens e movimentos da instabilidade atual, não se consegue vislumbrar

alternativas de superação dos embargos conjunturais e estruturais e de organização de estratégias de recuperação e retomada econômica.

Nesse particular, seria prudente lembrar que o escape do fundo do poço dos anos 1930, formado pela articulação entre a grande depressão mundial e a crise cafeeira, aconteceu por intermédio da ativação, inicialmente improvisada e depois planejada, do processo de industrialização por substituição de importações; a recessão dos anos 1980, fruto da concatenação entre falência do estado e colapso na obtenção de crédito externo, foi seguida por um salto exportador; e o fogo ateadado na administração Collor, entre 1990 e 1992, foi apagado com o Plano Real e as reformas institucionais.

É fácil notar que os sinais vitais da economia brasileira mostram-se demasiadamente fracos. A restauração da credibilidade do modus operandi econômico requer a edificação de um arranjo político direcionado ao resgate das condições de governabilidade e do equilíbrio fiscal e a negociação das reformas institucionais, imprescindíveis à permanente redução de custos, ao aumento da eficiência e à melhoria do ambiente de negócios no Brasil e à devolução de previsibilidade ao planejamento e à tomada de decisões.

## ESTAGFLAÇÃO E MULTIDÕES

*Gilmar Mendes Lourenço*

As manifestações contra o governo da presidente Dilma Rousseff, o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT), acontecidas em 13 de março de 2016, nas principais cidades do País, as maiores já observadas na história brasileira, reproduziram a autêntica exaustão social ante o atraso econômico, a escalada inflacionária e a pauperização política.

De fato, parcela expressiva da sociedade, capitaneada por segmentos médios da pirâmide, que ostentam a capacidade de maximização da formação de opinião, estimulados pela proliferação de notícias ruins e recados de desesperança, emanados predominantemente de diversificadas mídias, vem demonstrando, de maneira reiterada, crescentes sinais de perplexidade e indignação.

Até porque, não pareceria razoável esperar a perpetuação de posturas passivas diante da perversa combinação entre o maior - e mais longo - ciclo recessivo vivido pela nação e a multiplicação de descobertas de casos de corrupção (sistêmica e não circunstancial), envolvendo o comprometimento dos fluxos financeiros das empresas estatais, em favor de grandes empreiteiras, e o amparo às campanhas eleitorais, notadamente do grupo instalado no poder central.

*Os movimentos enfeixam o fortalecimento da fração institucional ancorada no Ministério Público e na Polícia Federal e a deterioração da credibilidade das instâncias do executivo e legislativo.*

No entanto, mesmo com a ênfase conferida pelos meios especializados à pronunciada interferência dos enormes embaraços de natureza política, na orquestração e viabilização das adesões e presenças nas praças e ruas, é interessante argumentar que os protestos contra a administração Dilma não conseguiriam arregimentar multidões não fosse o aprofundamento da marcha contracionista, experimentado pela produção e pelos negócios.

Inquestionavelmente, os movimentos enfeixam o fenômeno de fortalecimento da fração institucional ancorada no Ministério Público e na Polícia Federal, em paralelo à deterioração da credibilidade das instâncias do executivo e legislativo, por conta da emergência de laços promíscuos estabelecidos com um pedaço nada desprezível da comunidade empresarial.

Os episódios também traduzem o surgimento organizado de classes de pessoas sedentas de participação, representadas, sobretudo, por jovens que não tiveram a oportunidade de integrar a luta pelo retorno da democracia e pelo resgate da estabilidade monetária e foram privados do acesso a práticas e costumes políticos diferentes daqueles impostos pela aliança que conduz, de maneira hegemônica, os destinos do País, desde 2003, capitaneada por Lula, que, acuado pelas recentes investigações, substituiu o uniforme “paz e amor” pelo “retorno da jararaca”.

Porém, convém recordar que tais eventos já integravam o cotidiano do tecido social em 2014 e, mesmo, assim, a população votante conferiu um novo mandato à presidente da república, ainda que ludibriada pelo fascínio da continuidade do panorama de pleno emprego, com inclusão e mobilidade social, transmitido pela propaganda eleitoral e/ou governamental, e localizado apenas na “ilha da fantasia” do Palácio do Planalto.

A retórica triunfalista foi plenamente absorvida por pouco mais de 33% do volume potencial de eleitores, que sufragaram a candidata Dilma. Pouco menos de 33% do total preferiram depositar a espinhosa tarefa de consertos, dos estragos produzidos desde 2008, nas mãos do representante das oposições, e 33% abdicaram de protagonizar o ato de escolha de um lado.

Vencido o pleito eleitoral, o executivo promoveu uma guinada na retórica desenvolvimentista, acenou com o descumprimento dos compromissos de avanços sociais assumidos durante a campanha e começou a empregar instrumentos ortodoxos de arrumação macroeconômica, centrados no ajuste fiscal (promessas de redução de gastos e aumento de impostos), na elevação dos juros e nos reajustes dos preços administrados (combustíveis, energia elétrica e transportes públicos), represados durante mais de quatro anos de intervencionismo populista.

A ausência de êxito no convencimento do próprio interior governo, acerca da urgência e inevitabilidade de implementação de um programa de racionalização dos gastos públicos, e nas negociações com o Congresso Nacional, para a aprovação de medidas econômicas mais austeras, e a efervescência do processo de apuração da operação Lava Jato, marcada por um festival de prisões e delações premiadas, serviram para corroer o escasso capital político disponível no começo do segundo mandato, atingindo em cheio o ex-presidente, e mergulhar a nação em uma retração econômica sem precedentes.

As estatísticas correntes do começo do exercício de 2016 corroboram o aprofundamento da recessão, ao indicarem decréscimo superior a -9% do volume de vendas do comércio varejista e da produção industrial, em doze meses, desemprego alcançando 9,5% da população economicamente ativa (PEA), saques líquidos recordes das cadernetas de poupança e quantidade inédita de pedidos de liquidação judicial de empresa.

Nesse contexto, se a falta de ética, seriedade e transparência na gestão dos recursos públicos resultam em graves ferimentos, a recessão e a inflação matam ao provocarem o despertar do sonho da eliminação da pobreza e a constatação do pesadelo (ou calvário) de mais uma década desperdiçada.

## OS CENÁRIOS POLÍTICOS E A ECONOMIA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Ao desfrutar de aprovação popular de apenas 10%, resultado da agregação dos conceitos ótimo e bom, na avaliação do governo, segundo pesquisas do Instituto Datafolha e do Ibope, referente ao mês de março de 2016, a administração da presidente Dilma Rousseff exibe o pior desempenho da história republicana, suplantando inclusive a marca sofrível apresentada por Fernando Collor, na véspera da instauração do impeachment, pelo Congresso Nacional, em agosto de 1992.

A combinação entre o esforço criterioso de derrubada dos fundamentos da macroeconomia, realizado desde 2008; o descumprimento dos compromissos acordados durante a campanha eleitoral de 2014; a intensificação do ciclo recessivo de maior profundidade, longevidade e inutilidade, já vivido pelo País; em paralelo à rápida e progressiva deterioração das finanças públicas e o, cada vez mais evidente, envolvimento oficial na dilapidação dos ingressos financeiros das principais estatais, está na raiz da acentuada e irreversível fragilização dos pilares sociais e políticos da mandatária da nação.

Em tais circunstâncias, sintetizadas no insuficiente apoio popular e parlamentar, pareceria razoável esperar pela escolha do caminho menos custoso e dramático para o tecido social, englobando a renúncia da presidente, seguida da preparação de novas eleições.

Contudo, a chefe de estado não apenas é desprovida de atributos de grandeza exigidos para esse tipo de decisão, como ainda persegue, de forma cada vez menos organizada e mais desesperada, a salvação formal do mandato até o final de 2018. Só que a gerência está definitivamente perdida, especialmente depois de Dilma ter promovido o ex-presidente Lula a Ministro da Casa Civil. Ao ser, na prática, expulsa de seu próprio governo, a presidente passou a ser governada.

*Para sobreviver, Dilma necessita desmontar as bases do impeachment, no legislativo, e da cassação, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).*

Para sobreviver, Dilma necessita desmontar as bases do impeachment, no legislativo, e da cassação, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), se aquela casa identificar, julgar e sentenciar a efetivação de crime nas eleições de 2014, atestado pela utilização de haveres desviados da Petrobrás para a cobertura dos dispêndios associados à campanha de reeleição.

O núcleo da estratégia repousa nas tarefas de superação da paralisia governamental e recuperação da capacidade de articulação política do executivo, com as demais instâncias de poder, a ser executada pelo ex-presidente Lula, na Casa Civil (ou presidência de fato), que, por derivação seria contemplado com acompanhamento em pavimentos judiciais superiores, nas investigações, e em eventual julgamento, por ocultação de patrimônio e lavagem de dinheiro.

Em se confirmando essas pressuposições, soaria lícito admitir a multiplicação de pressões para o retorno da aplicação das medidas populistas que destruíram a estabilidade macroeconômica, por meio do incisivo e permanente desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso abusivo dos bancos e empresas públicas, e o abandono das reformas institucionais, manifestadas no Programa Nacional de Emergência, aprovado pelo diretório nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), em 28.02.2016. Trata-se do cenário “receita do caos”, encarregado de minar, até 2018, as derradeiras defesas do verdadeiro “castelo de areia” em que foi transformada a economia brasileira.

De seu turno, uma possível cassação da chapa eleita em 2014, pelo TSE, se ocorrer até 31.12.2016, prevê a feitura de novas eleições, ou, se acontecer depois que for completada a metade do mandato, exige definições indiretas, via Congresso Nacional. Nas duas vertentes, o presidente da Câmara, primeiro ente da linha sucessória, assumirá o cargo de presidente da república, por 90 dias.

A primeira situação engloba um amplo leque de ofertas de opções de orientações econômicas para escrutínio da população, centrado, prioritariamente, na reconstrução dos alicerces da estabilidade fiscal. Já a segunda possibilidade sugere flancos imponderáveis para perigosos acertos e alinhamentos, na parte da cima do legislativo brasileiro, de cunho extremamente conservadores, na melhor das hipóteses.

Alternativamente, o cenário de impeachment, se aberto pela Câmara dos Deputados (com aprovação de 2/3 dos membros) e referendado pelo Senado da República, por maioria simples, exigirá o afastamento da presidente, por 180 dias, tempo de tramitação e julgamento do processo na primeira casa. Por certo, a substituição da presidente pelo vice, inicialmente em exercício e posteriormente em definitivo, configuraria o desenho institucional de um novo governo.

Com isso, caberia ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), capitaneado por Michel Temer, a realização de um complexo arranjo político – no afã de repetir Itamar Franco em 1992 – englobando correntes de oposição com posturas e propostas bastante heterogêneas, na direção da revisão, discussão, aprofundamento e implementação das proposições contidas no documento “Uma Ponte para o Futuro”, aprovado pela sigla, em outubro de 2015, e veiculando um “compromisso com o bom senso administrativo e a reponsabilidade fiscal”.

Nesse caso, emergem dois inconvenientes. O primeiro deles é que, ao contrário de Itamar, que dispunha de densidade política e havia cumprido, com funções meramente acessórias, apenas dois anos e meio da desastrosa gestão Collor, Temer e o PMDB estão umbilicalmente ligados ao dueto Lula e Dilma, desde os primórdios, o que compromete o restabelecimento da confiança. A segunda restrição abarca a premência de incorporação, nas discussões e negociações, dos membros do atual Congresso Nacional que expressa abalos de credibilidade semelhantes aos do executivo.

Não obstante, a preferência por um caminho, pós-troca no Planalto, sinalizado com propósitos de restauração do equilíbrio das contas públicas, de contenção das pressões inflacionárias e de formulação, aprovação e execução de modificações estruturais capazes de conferir um redesenho do Estado, com maior racionalidade de funcionamento, e impulsionar a eficiência da microeconomia, ainda que com maturação a médio e longo prazo, poderia engendrar a reversão do desânimo dos atores sociais e o resgate do interesse coletivo na estruturação de um projeto de nação.



## O GOVERNO DILMA E A PERDA DO ATIVO QUE RESTAVA

*Gilmar Mendes Lourenço*

As estatísticas sociais brasileiras, apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e trabalhadas por instituições de mercado e usuários bastante respeitáveis, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), revelam que, em 2015, a nação amargou a combinação entre declínio da renda média das famílias e ampliação da disparidade na apropriação do produto.

Tal evento, que não acontecia desde 1992, ano da instauração do impeachment que levou à renúncia do então presidente Collor, representa a interrupção de uma sequência de treze exercícios de declínio da concentração de renda no País e a perda do derradeiro trunfo que teria sobrado às administrações do partido dos trabalhadores (PT), depois da extração da ética com a eclosão do episódio do mensalão, em 2005.

Decerto, o fenômeno de flagrante minimização da desigualdade de renda e da pobreza e mobilidade social, observado no Brasil nos onze anos findos em 2014 - atestado pela variação de 130% superior à inflação da renda da faixa inferior a dois salários mínimos (SM), contra incremento de 30% para aqueles com rendimento médio acima de 10 SM - derivou do robustecimento do mercado interno, reproduzido na pronunciada abertura de postos de trabalho com carteira assinada, fruto da concatenação entre fatores virtuosos exógenos e domésticos, estes atrelados à consistência macroeconômica.

No front externo emerge as folgas nas transações correntes, proporcionadas pela entrada líquida de expressivos volumes de moeda estrangeira, em virtude da apreciação dos termos de intercâmbio, determinada pela subida explosiva das cotações das commodities, com a impulsão demanda chinesa, depois de 2002, coincidindo com a entrada daquele País na Organização Mundial do Comércio (OMC).

No plano interno sobressai o fortalecimento da tendência de decréscimo estrutural da inflação, delineada com o Plano Real, em 1994; a estratégia de reajustes reais dos salários do piso da pirâmide, iniciada nos anos 1990 e maximizada a partir de 2005, com a criação da política de valorização do mínimo; a instituição do crédito em consignação (mais barato e sem riscos, dado o desconto na folha de pagamento do tomador); e a ampliação dos programas oficiais de transferência de renda, capitaneados pelo bolsa família e a aposentadoria rural.

Não é necessário ostentar a comenda de arguto analista de conjuntura para perceber a ocorrência de um substancial esforço do governo na direção da derrubada dos pilares da inclusão social, sobretudo a partir de 2012

*É fácil perceber a ocorrência de um substancial esforço do governo na direção da derrubada dos pilares da inclusão social, sobretudo a partir de 2012.*

quando, o lançamento e operação de uma nova matriz econômica - desprovida de responsabilidade fiscal, tolerante com a inflação e excessivamente empenhada em interferir no funcionamento, rentabilidade e produtividade da microeconomia, como se a atuação do Estado populista não possuísse limites -, serviu para multiplicar os efeitos do enfraquecimento das forças internacionais, com a reversão do curso ascendente dos preços das commodities.

A instabilidade, acusada inicialmente pela indústria, passou, de maneira rápida, a contaminar os demais setores da economia, traduzidas em quedas recordes nas vendas reais do comércio e no volume de negócios dos serviços, que repercutiram negativamente na ocupação de mão de obra.

Tanto é assim que, em doze meses encerrados em fevereiro de 2016, a nação contabilizou subtração líquida de -1,7 milhão de postos de trabalho formais, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE), com reduções de -687 mil nas fábricas, -406 mil na construção civil, -364 mil nos serviços e -222 nas atividades comerciais.

Na mesma direção, a taxa de desemprego total, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, efetuada pelo IBGE em 3.500 municípios, chegou a 9,5% da população economicamente ativa (PEA), no trimestre móvel terminado em janeiro de 2016, a maior da série histórica começada em 2012, equivalendo a 9,6 milhões de pessoas desocupadas a procura de emprego. Já o rendimento médio mensal, estimado em R\$ 1.939,0, vem caindo desde julho-setembro de 2015, quanto registrou a cifra de R\$ 1.954,0.

Considerando que o desemprego no espaço metropolitano, acompanhado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE, situou-se em 7,9% da PEA, no primeiro bimestre de 2016, contra 5,6% da PEA, em igual intervalo de 2015, e a remuneração média, nas seis regiões investigadas, estava, em R\$ 2.227,50 (-7,5 menor que em fevereiro de 2015), em fevereiro de 2016, parece razoável admitir que a deterioração da dinâmica das ocupações vêm sendo mais acentuada nas áreas interioranas, abrigadoras da população mais pobre, por conta da drástica retração da participação direta do setor público, em função da crise fiscal e financeira do Estado, e dos efeitos das investigações no âmbito da operação Lava Jato, particularmente a paralisação de obras e serviços prestados por grandes empreiteiras, envolvidas no maior escândalo de corrupção da história do Brasil.

É fácil perceber que, paradoxalmente, a mola propulsora dos ganhos sociais conquistados pela população do País, em duas décadas e meia, representada pela orientação macroeconômica transformou-se no principal empecilho, notadamente desde 2012, expresso especialmente na fragilização das finanças governamentais, minando as bases da continuidade do abrandamento da desigualdade e do acesso generalizado aos bens públicos.

A despeito da reconhecida dimensão e interferência dos embaraços políticos e institucionais para a formação e manutenção do quadro de paralisia (ou contração) econômica da nação, é interessante sublinhar o peso, nada desprezível, exercido pela abdicação de adoção de sólidos parâmetros de gestão macro na construção do maior túnel recessivo desde os primórdios da república brasileira. Esse é o verdadeiro e incontestável golpe.

## INDICADORES

### EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2016-2020

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2016	-3,69	13,59	4,06	7,35
2017	0,26	12,53	4,21	5,94
2018	1,52	11,56	4,24	5,46
2019	1,94	11,40	4,25	5,18
2020	2,02	10,88	4,29	5,10

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 29/03/2016

NOTA: Meta para taxa de juros SELIC e taxa de câmbio para o final do ano

### DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL ÚLTIMOS 10 ANOS – JANEIRO 2006-2016

JAN/ ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2006	30,75	0,01	15,89	1,13	47,78
2007	30,38	-0,19	14,90	0,84	45,94
2008	28,99	0,22	13,73	0,78	43,71
2009	24,98	-0,96	13,22	0,81	38,04
2010	28,12	-1,32	12,06	0,73	39,60
2011	26,61	-1,14	11,46	0,64	37,56
2012	25,03	-1,17	10,63	0,55	35,04
2013	22,25	-1,34	10,71	0,59	32,22
2014	20,15	-1,29	10,66	0,59	30,11
2015	22,73	-1,56	11,18	0,70	33,05
2016	25,37	-3,68	13,01	0,91	35,61

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC

# INDICADORES

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) –MAR/2015–FEV/2016

DIA	JAN/16	FEV/16	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15
1		40570,03		52.321,56		53.031,31	52.757,53		45.477,06	45.313,27		45076,45
2		38596,16	51.020,81	53.123,02		54.236,43	53.108,18		46.463,96	47.033,46		44914,06
3		39588,81	51304,10			53522,90	52519,40	50138,04	47.365,87		48053,66	46393,26
4	42141,03	40821,73	50468,05		57353,98			50058,48	46.497,72		47710,09	45360,75
5	42419,32	40592,09	50365,20		58051,61	52973,37		50287,27	60.681,98	47.598,06	48046,75	
6	41773,14		49981,19	53737,26	57103,14		52149,37	50011,32		47.735,11	46918,51	
7	40694,72			53729,16	56921,39		52343,71	48577,32		48.914,32		45222,69
8	40612,20			53661,11	57149,33	52809,63	51781,74		46.762,07	49.106,55		44443,25
9			49181,01	53802,66		52815,99			46.657,09	49.338,41	46194,92	46108,02
10		40376,58	48293,40	54214,11		53876,44	52590,72	49553,00	46.503,99		46206,56	45630,70
11	39950,49	39318,30	48905,58		57197,10	53688,51		49072,34	46.400,50		47065,01	45262,72
12	39513,32	39808,04	48880,40		56792,05	53347,53		48388,04	56.927,81		46883,57	
13	38944,44		48595,81	54239,77	56372,04		53119,47	48009,56		47.362,63	46517,03	
14	39500,10			53981,92	56656,57		53239,17	47508,40	47.281,01	46.710,43		44747,31
15	38569,12	40092,89		54918,74	57248,63	53137,53	5290828		47.364,06	47.161,15		44872,06
16		40947,69	48848,21	54674,21		53702,15	53,069,75		48.553,09	47.236,10	46846,87	45015,84
17		41630,81	58285,12	53954,79		53248,54	52341,80	47217,42	48.551,07		47247,80	45261,47
18	37937,27	41477,63	51526,19		56204,23	54238,59		47450,58	47.264,08		47435,57	43910,59
19	38057,01	41543,40	50953,53		55498,82	53749,41		46588,39		47.447,31	48138,88	
20	37645,47		51966,58	53761,27	54901,92		51600,07	46649,23		47.076,55		
21	37717,10			55112,05			51474,28	45719,64	46.590,19	47.025,86		43199,95
22	38031,22	43234,85		54617,36	54377,29	53863,67	50915,78		46.264,60	47.772,14		43469,51
23		42520,94	51908,46	55684,85		53772,43	49806,62		45.340,11	47.596,58	48150,27	44014,93
24		42084,55	51506,07	56594,22		53842,53	49245,84	44336,47	45.291,96		48284,18	
25		41887,90	51858,30		54609,25	53175,66		44544,85	44.831,46		46266,63	
26	37497,47	41593,07	50579,85		53629,78	54016,97		46038,07		47.209,32	47145,63	
27	38376,36		50094,66	55534,50	54236,25		48735,54	47715,27		47.042,94	45872,41	
28	38630,19			55812,03	53976,27		49601,59	47153,86	43.956,92	46.740,84		43764,33
29	40405,99	42793,86		55325,29	52760,47	53014,21	50245,14		44.131,82	45.628,35		43653,96
30			51243,45	56229,38		53080,88	49897,40		45.059,84	45.868,81	45120,36	43349,96
31			51150,16					50864,77				
MÍNIMO	37.497,47	38596,16	48293,40	529321,76	52760,47	52809,63	48735,54	44336,47	43.956,62	45.313,27	45120,36	43199,95
MÁXIMO	42.419,32	43234,85	51966,58	56594,22	58051,61	54238,59	53239,17	50287,27	48.553,09	49.338,41	48284,18	46393,26

FONTE: Bovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reinversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA)

## INDICADORES

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES SEGUNDO OS GÊNEROS INDUSTRIAIS - EM US\$ MILHÕES

Gênero Industrial	2011	2012	2013	2014	2015	Var.(%) 2015/14
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>23.842</b>	<b>23.056</b>	<b>25.229</b>	<b>19.935</b>	<b>10.740</b>	<b>-46,1</b>
Produtos Alimentícios	3.135	2.381	3.296	2.577	1.434	-44,4
Bebidas	912	711	376	481	264	-45,1
Produtos do Fumo	7	3	9	1	0	-80,4
Produtos Têxtil	931	623	468	251	135	-46,3
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	596	746	423	271	178	-34,1
Couros, Calçados e Artefatos	374	417	281	116	35	-69,6
Produtos de Madeira	312	387	361	191	125	-34,6
Celulose, Papel e Prods. de papel	853	2.157	1.812	1.732	1.059	-38,8
Impressão, Reprodução de Gravações	76	91	72	57	29	-48,8
Refino Petróleo, Coque e Biocombustíveis	2.657	3.114	3.367	2.218	693	-68,8
Produtos Químicos	1.438	1.009	1.561	1.516	422	-72,1
Prod. Farmacêuticos e Farmacêuticos	133	125	247	203	133	-34,3
Prods. de Borracha e Material Plástico	906	1.124	1.176	624	267	-57,2
Produtos Minerais Não-Metálicos	1.156	1.110	1.226	719	279	-61,2
Metalurgia	1.491	1.270	1.163	1.061	986	-7,1
Produtos de Metal, exceto Máqs. e Equip.	727	672	720	679	202	-70,3
Equipmts.de Informática, Prods.de Eletr e Ópticos	177	478	397	264	109	-58,8
Máqs. Aparelhos e Mats. Elétricos	835	614	800	449	285	-36,6
Máquinas e Equipamentos	1.647	1.714	1.958	1.226	595	-51,5
Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	2.799	2.317	3.269	2.213	904	-59,1
Outros Equip. de Transporte, Exc Veic Automotores	2.072	1.196	1.586	2.649	2.397	-9,5
Móveis	391	518	435	259	120	-53,5
Produtos Diversos	173	197	125	111	55	-49,9
Manutenção, Reparação e Instalação de Máqs.e Equip.	44	82	102	67	32	-52,3

FONTE: MDIC, BNDES

# INDICADORES

## NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA JAN 2014-JAN 2016

Discriminação	Média 2014	Média 2015	2014												2015												2016
			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>81,2</b>	<b>78,8</b>	<b>80,7</b>	<b>81,3</b>	<b>80,8</b>	<b>81,0</b>	<b>81,3</b>	<b>80,0</b>	<b>81,7</b>	<b>81,8</b>	<b>82,3</b>	<b>82,6</b>	<b>82,0</b>	<b>78,6</b>	<b>79,6</b>	<b>78,7</b>	<b>80,5</b>	<b>80,4</b>	<b>79,7</b>	<b>79,0</b>	<b>78,9</b>	<b>78,2</b>	<b>78,2</b>	<b>75,3</b>	<b>74,4</b>		
Alimentos	78,3	79,5	79,4	78,2	75,7	77,3	77,3	76,6	77,4	77,8	79,8	80,1	80,4	79,7	80,2	78,0	78,9	79,9	78,7	79,7	79,2	78,4	80,1	81,1	80,6	78,8	72,5
Bebidas	69,0	67,9	70,6	69,3	68,8	64,5	65,8	62,6	64,0	65,5	69,7	73,6	75,5	77,7	69,1	69,5	67,3	61,5	64,6	63,6	62,7	66,5	68,6	74,5	73,6	73,5	70,5
Têxteis	81,4	79,3	81,3	81,8	82,0	80,2	81,0	80,6	81,3	81,3	82,1	82,6	82,5	80,1	79,8	80,3	81,9	81,4	81,2	78,9	78,7	77,5	77,7	78,4	78,7	76,5	77,2
Vestuário	86,1	83,3	85,2	86,1	84,8	85,8	86,5	83,9	87,5	87,5	87,0	88,0	87,1	84,0	84,6	83,3	85,5	85,5	86,1	82,6	82,7	83,5	82,6	83,7	82,9	76,1	76,6
Couros e calçados	83,3	81,7	77,5	84,0	87,3	87,5	83,1	80,5	83,9	85,8	86,7	85,9	85,8	71,1	79,8	81,9	86,2	83,7	79,3	78,2	83,1	84,4	84,2	83,1	81,9	74,1	77,4
Madeira	84,4	83,4	85,9	84,6	85,5	84,7	83,6	82,9	83,5	83,3	85,6	84,4	85,1	83,9	83,0	84,4	85,4	85,1	84,9	83,1	82,4	82,3	81,9	81,2	82,6	84,4	82,4
Celulose e papel	90,5	88,9	90,1	89,4	90,6	89,6	90,6	89,3	91,3	90,9	90,0	91,9	91,7	90,2	90,3	89,9	90,6	88,4	89,0	89,0	89,5	88,9	88,2	90,0	85,8	86,9	86,9
Impressão e reprodução	81,4	80,4	71,7	83,8	84,9	83,9	81,1	80,3	80,8	80,7	81,0	82,9	83,9	81,5	82,1	80,1	81,2	80,5	75,2	80,8	80,3	79,1	81,7	83,2	81,4	79,5	78,2
Derivados de petróleo e biocomb.	84,7	81,0	79,7	78,1	80,9	84,1	89,1	91,7	90,8	91,4	89,1	87,0	85,0	69,2	61,3	57,8	74,0	82,7	89,4	89,1	89,4	89,1	87,7	86,3	84,2	80,5	50,6
Químicos	82,0	79,8	82,1	80,4	80,7	80,4	81,2	81,8	84,2	83,8	83,1	82,0	82,0	77,6	77,2	78,3	80,1	80,6	80,5	80,8	81,8	82,6	80,7	81,5	78,4	75,6	78,1
Farmacêuticos	85,4	86,1	80,4	85,3	84,6	84,9	87,1	86,7	86,9	86,6	85,6	87,2	86,2	83,0	83,2	85,9	87,2	86,6	87,3	86,3	87,4	86,9	84,9	86,4	86,6	84,4	84,1
Borracha e plástico	81,4	75,4	81,7	81,0	83,1	81,2	82,1	80,0	82,3	83,0	82,5	83,2	82,7	73,7	79,5	78,3	79,6	78,9	76,3	73,6	72,5	71,4	73,4	73,7	75,8	71,5	72,6
Minerais não metálicos	81,3	79,8	81,9	81,7	81,0	80,9	82,6	81,6	80,1	81,7	82,1	82,5	81,2	78,1	79,5	78,7	80,2	80,1	79,0	80,5	80,4	80,6	79,5	81,3	80,4	77,2	75,7
Metalurgia	81,8	74,2	81,9	82,6	83,4	82,9	82,2	81,8	81,8	81,5	83,9	81,9	79,7	77,6	79,6	77,2	78,8	76,8	77,4	73,1	72,2	74,8	68,7	77,3	68,9	65,6	75,2
Produtos de metal	76,7	73,8	77,8	77,9	75,9	76,2	77,4	74,3	77,4	75,8	76,8	78,8	77,8	74,7	75,0	73,2	74,9	75,7	73,9	73,5	74,4	72,7	73,5	74,4	73,9	70,8	70,7
Máquinas e materiais elétricos	83,9	81,7	83,8	84,3	84,2	84,0	83,4	83,3	84,2	84,2	83,9	83,4	83,7	84,0	83,3	82,6	83,4	82,8	82,9	82,4	82,1	81,6	81,6	80,8	80,0	77,0	82,3
Máquinas e equipamentos	78,1	74,2	78,4	79,4	78,6	79,0	78,7	77,4	78,7	78,6	78,7	78,8	76,7	74,6	75,4	75,4	75,7	74,6	75,1	75,1	74,9	74,0	72,8	73,0	73,1	71,3	72,5
Veículos automotores	79,8	74,1	78,1	80,5	79,3	79,8	79,6	78,0	82,0	80,7	81,3	81,1	79,5	77,8	80,2	79,1	80,1	78,7	77,2	76,4	72,9	70,8	69,6	69,9	68,1	65,9	68,5
Outros equipamentos de transporte	88,9	88,1	89,0	89,4	89,2	89,3	89,1	87,4	88,4	89,1	89,5	89,7	89,5	87,4	88,3	89,1	89,3	88,7	88,7	88,8	89,2	89,4	87,4	88,0	87,0	82,7	88,2
Móveis	85,9	84,3	85,4	86,3	85,2	85,7	86,0	83,6	85,8	86,2	86,5	87,2	86,9	85,6	85,6	85,5	86,9	87,1	85,2	83,9	84,6	78,7	83,6	82,9	83,7	83,3	82,8
Produtos diversos	80,5	78,8	78,4	87,9	80,8	78,0	79,2	81,2	81,3	83,0	80,8	80,2	79,6	75,0	79,1	81,1	78,2	79,0	78,7	79,3	79,7	77,4	77,9	79,0	77,9	78,0	76,6

FONTE: CNI, MDIC

## INDICADORES

### BRASIL – COMÉRCIO EXTERIOR (EM US\$ MILHÕES)

Discriminação	2010	Part. (%) em 2010	2011	2012	2013	2014	2015	Part. (%) Em 2015	Jan-Fev 2016	2015	Var. (%) 2016/15
<i>CORRENTE DE COMÉRCIO</i>	383.684	-	482.286	465.761	481.781	454.255	362.583	-	45.221	57.602	-21,5
<i>EXPORTAÇÃO</i>	201.915	100,0	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	100,0	24.593	25.796	-4,7
BÁSICOS	90.005	44,6	122.457	113.454	113.023	109.556	87.188	45,6	9.997	10.841	-7,8
PROD. INDUSTRIALIZADOS	107.770	53,4	128.317	123.749	123.471	109.276	99.254	51,9	14.017	14.204	-1,3
SEMIMANUFATURADOS	28.207	14,0	36.026	33.042	30.526	29.065	26.463	13,8	4.137	4.370	-5,3
MANUFATURADOS	79.563	39,4	92.291	90.707	92.945	80.211	72.791	38,1	9.880	9.834	0,5
OPERAÇÕES ESPECIAIS	4.140	2,1	5.265	5.375	5.540	6.268	4.692	2,5	579	751	-22,9
<i>IMPORTAÇÃO</i>	181.768	100,0	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	100,0	20.628	31.806	-35,1
BENS DE CONSUMO	27.099	14,9	34.861	33.381	34.676	33.116	26.808	15,6	3.435	4.545	-24,4
COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES	25.252	13,9	36.103	35.173	40.546	39.478	21.717	12,7	2.080	4.834	-57,0
BENS DE CAPITAL	25.688	14,1	30.517	31.662	32.691	29.493	23.292	13,6	3.128	4.291	-27,1
BENS INTERMEDIÁRIOS	103.641	57,0	124.682	122.907	131.729	126.904	99.445	58,0	11.975	18.131	-34,0
BENS NÃO ESPECIFICADOS ANTER.	87	0,0	83	61	105	164	187	0,1	10	5	100,0
<i>SALDO</i>	20.147	-	29.793	19.395	2.286	-4.054	19.685	-	3.965	-6.010	-

FONTE: SECEX/MDIC

# INDICADORES

## BRASIL-ESTOQUE DO EMPREGO POR SETORES DA INDÚSTRIA – (MERCADO FORMAL)

Discriminação	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014 (A)	Dez/2015 (B)	Jan/2016 (C)	Var. absoluta do emprego (B-A)	Var. absoluta do emprego (C-B)	Var.(%) relativa do emprego (C-B)/B
<b>Indústria</b>	<b>11.312.297</b>	<b>11.486.146</b>	<b>11.735.201</b>	<b>11.528.707</b>	<b>10.346.347</b>	<b>10.324.684</b>	<b>-1.182.360</b>	<b>-21.663</b>	<b>-0,2</b>
Extrativa	231.389	259.297	261.383	257.606	240.768	238.636	-16.838	-2.132	-0,9
Serviço Industrial de Utilidade Pública	445.268	456.931	479.529	485.828	472.914	472.111	-12.914	-803	-0,2
Construção	2.909.131	3.015.373	3.094.153	3.019.427	2.499.314	2.496.654	-520.113	-2.660	-0,1
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>7.726.509</b>	<b>7.754.545</b>	<b>7.900.136</b>	<b>7.765.846</b>	<b>7.133.351</b>	<b>7.117.283</b>	<b>-632.495</b>	<b>-16.068</b>	<b>-0,2</b>
Fabricação de Produtos Alimentícios	1.452.835	1.438.869	1.504.798	1.531.732	1.486.149	1.478.887	-45.583	-7.262	-0,5
Fabricação de Bebidas	130.829	144.689	139.074	138.250	133.424	132.447	-4.826	-977	-0,7
Fabricação de Produtos do Fumo	15.132	14.911	14.170	13.688	13.452	15.018	-236	1.566	11,6
Fabricação de Produtos Têxteis	302.262	298.619	302.869	296.028	264.016	262.676	-32.012	-1.340	-0,5
Confecções de Artigos do Vestuário e Acessórios	704.033	695.172	696.085	683.752	615.845	614.878	-67.907	-967	-0,2
Preparação de Couros e Fab. de Artif. de Couro, Artigos de Viagem	408.761	401.849	395.461	372.499	344.283	348.426	-28.216	4.143	1,2
<i>Curtimento e outras preparacoes de couro</i>	<i>37.181</i>	<i>38.453</i>	<i>39.103</i>	<i>36.637</i>	<i>35.482</i>	<i>35.980</i>	<i>-1.155</i>	<i>498</i>	<i>1,4</i>
<i>Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couros</i>	<i>29.362</i>	<i>29.341</i>	<i>28.463</i>	<i>26.574</i>	<i>29.945</i>	<i>29.965</i>	<i>3.371</i>	<i>20</i>	<i>0,1</i>
<i>Fabricação de calçados</i>	<i>319.363</i>	<i>310.724</i>	<i>306.430</i>	<i>287.636</i>	<i>264.140</i>	<i>267.058</i>	<i>-23.496</i>	<i>2.918</i>	<i>1,1</i>
<i>Fabricação de Partes para calçados de qualquer material</i>	<i>22.855</i>	<i>23.331</i>	<i>21.465</i>	<i>21.652</i>	<i>19.716</i>	<i>20.423</i>	<i>-1.936</i>	<i>707</i>	<i>3,6</i>
Fabricação de Produtos de Madeira	202.043	196.792	192.868	189.195	177.340	177.351	-11.855	11	0,0
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	175.122	177.230	181.634	184.767	176.465	176.541	-8.302	76	0,0
Impressão e Reprodução de Gravações	125.213	126.152	123.924	121.979	111.606	111.339	-10.373	-267	-0,2
Fab. de Coque, de Prods. Deriv. do Petróleo e de Biocombustível	164.354	160.979	162.777	158.758	143.752	140.310	-15.006	-3.442	-2,4
Fabricação de Produtos Químicos	273.143	274.919	281.824	282.389	271.767	271.994	-10.622	227	0,1
Fab. de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	93.386	96.618	99.388	103.101	103.208	103.752	107	544	0,5
<i>Fabricação de produtos farmoquímicos</i>	<i>6.428</i>	<i>5.784</i>	<i>5.394</i>	<i>5.230</i>	<i>5.770</i>	<i>5.778</i>	<i>540</i>	<i>8</i>	<i>0,1</i>
<i>Fabricação de produtos farmacêuticos</i>	<i>86.958</i>	<i>90.834</i>	<i>93.994</i>	<i>97.871</i>	<i>97.438</i>	<i>97.974</i>	<i>-433</i>	<i>536</i>	<i>0,6</i>
Fabricação de Prods. de Borracha e de Material Plástico	444.267	452.373	457.043	455.677	414.120	414.498	-41.557	378	0,1
<i>Fabricação de produtos de borracha</i>	<i>100.301</i>	<i>99.634</i>	<i>10.925</i>	<i>99.882</i>	<i>1.432</i>	<i>1.404</i>	<i>-98.450</i>	<i>-28</i>	<i>-2,0</i>
<i>Fabricação de produtos de material plástico</i>	<i>343.966</i>	<i>352.739</i>	<i>356.118</i>	<i>355.795</i>	<i>322.688</i>	<i>323.094</i>	<i>-33.107</i>	<i>406</i>	<i>0,1</i>
Fabricação de Produtos de Minerais não-Metálicos	439.271	451.568	460.712	457.034	423.086	420.960	-33.948	-2.126	-0,5
Metalurgia	259.737	251.651	250.700	236.904	217.662	215.735	-19.242	-1.927	-0,9
Fab. de Prods. de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	544.703	539.641	535.015	509.829	456.824	456.037	-53.005	-787	-0,2



## INDICADORES

Fab. de Equip. de Informática, Prods. Eletrônicos e Ópticos	177.066	175.462	179.041	167.344	137.216	136.729	-30.128	-487	-0,4
Fab. de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	223.135	228.222	225.643	224.188	189.268	187.783	-34.920	-1.485	-0,8
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	402.882	410.587	428.140	408.118	359.372	359.043	-48.746	-329	-0,1
Fab. de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	526.099	514.483	532.364	489.279	423.095	421.735	-66.184	-1.360	-0,3
Fab.de Out. Equip. de Transportes, Exc. Veículos Automotores	97.619	105.422	115.065	111.719	97.935	95.559	-13.784	-2.376	-2,4
Fabricação de Móveis	269.035	279.558	284.319	283.001	252.624	252.709	-30.377	85	0,0
Fabricação de Produtos Diversos	142.573	149.441	156.918	157.834	144.190	144.764	-13.644	574	0,4
<i>Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes</i>	<i>20.104</i>	<i>21.742</i>	<i>21.597</i>	<i>20.830</i>	<i>18.970</i>	<i>19.015</i>	<i>-1.860</i>	<i>45</i>	<i>0,2</i>
<i>Fabricação de brinquedos e jogos recreativos</i>	<i>14.357</i>	<i>14.554</i>	<i>15.346</i>	<i>14.137</i>	<i>12.816</i>	<i>12.768</i>	<i>-1.321</i>	<i>-48</i>	<i>-0,4</i>
<i>Outros Produtos Diversos</i>	<i>108.112</i>	<i>113.145</i>	<i>119.975</i>	<i>122.867</i>	<i>112.404</i>	<i>112.981</i>	<i>-10.463</i>	<i>577</i>	<i>0,5</i>
Manutenção, Reparação e Instal. de Máquinas e Equipamentos	153.009	169.338	180.304	188.781	176.652	178.112	-12.129	1.460	0,8
Reciclagem	31.826	32.877	34.012	34.916	31.496	29.307	-3.420	-2.189	-7,0

FONTE: MTE (RAIS/CAGED)- MDIC

## INDICADORES

BRASIL: PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA – TAXA DE CRESCIMENTO (%)  
(IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR = 100)

Discriminação	2012	2013	2014	2015	Jan/16
Indústria geral	-2,3	2,1	-3,1	-8,3	-13,8
Indústria extrativa	-0,5	-3,6	6,1	3,9	-16,8
Indústria de transformação	-2,4	2,8	-4,2	-9,9	-13,3
Produtos alimentícios	-1,2	0,6	-1,2	-2,3	-5,8
Bebidas	1,3	-2,1	1,3	-5,4	-11,2
Produtos do fumo	-13,4	-8,2	-1,5	-9,3	21,5
Produtos têxteis	-4,7	0,2	-6,6	-14,6	-20,2
Confec. de artigos do vestuário e acessórios	-8,7	-0,5	-3,2	-10,8	-12,5
Couros, artigos pl viagem e calçados	-3,6	4,3	-4,5	-7,5	-7,7
Produtos de madeira	8,8	2,0	-2,6	-4,6	-7,2
Celulose, papel e produtos de papel	1,5	-0,6	-0,7	-0,7	1,0
Impressão e reprodução de gravações	-9,5	-4,5	-3,7	-17,2	-29,4
Coque, produtos derivados de petróleo e biocombustível	4,9	6,5	2,4	-5,9	0,0
Perfumaria, sabões, detergs. e prods. de limpeza e de higiene pessoal	4,6	5,6	2,7	-3,8	-4,4
Outros produtos químicos	3,4	4,7	-3,8	-4,9	-6,4
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,2	-0,6	2,2	-12,2	-5,8
Produtos de borracha e material plástico	-1,5	0,7	-3,8	-9,1	-14,4
Minerais não-metálicos	-0,7	2,2	-2,6	-7,8	-14,9
Meturgia	-4,1	0,0	-7,4	-8,9	-15,3
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	-2,4	-1,6	-10,1	-11,4	-16,1
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-11,8	4,6	-2,7	-30,0	-38,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,7	3,2	-7,2	-12,2	-23,0
Máquinas e equipamentos	-5,3	4,1	-5,4	-14,6	-25,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-13,5	9,6	-16,7	-25,9	-31,3
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	8,6	1,9	-0,3	-9,4	-25,3
Móveis	5,7	1,7	-7,3	-14,6	-19,5
Produtos diversos	-7,4	7,9	-5,0	-4,5	-22,5
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	...	-2,3	3,9	-8,4	-11,6

FONTE: IBGE – MDIC

## INDICADORES

BRASIL – PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA (QUANTUM/NHP) TAXA DE CRESCIMENTO (%) – (Iguar período do ano anterior = 100)

Discriminação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Indústria geral	1,1	-1,9	5,8	0,1	-0,4	3,4	0,6	-1,7
Indústrias extrativas	-3,2	-6,7	9,1	-1,2	-4,2	-4,3	8,0	8,8
Indústria de transformação	1,2	-1,7	5,7	0,1	-0,4	4,2	-0,4	-3,4
Fumo	6,5	0,5	-3,7	22,3	-9,7	-9,8	4,8	0,2
Têxtil	1,6	-1,4	-2,5	-14,5	0,2	4,9	-1,7	-9,8
Vestuário e acessórios	12,0	1,5	9,6	-0,2	1,3	2,4	0,4	-5,0
Calçados e artigos de couro	2,6	0,4	1,7	-4,9	3,1	12,2	4,9	1,1
Madeira	-1,7	0,1	22,7	9,8	18,7	7,6	-0,1	1,5
Coque, refino de petróleo e biocombustível	-9,9	-3,0	6,6	1,1	5,8	9,4	8,0	1,5
Borracha e plástico	1,8	0,5	7,8	-1,1	0,3	-2,1	-2,6	-2,2
Minerais não-metálicos	3,4	-7,0	2,2	3,9	1,2	3,1	-3,3	-2,1
Metalurgia básica	-5,4	-9,7	4,9	-2,4	0,6	-0,1	-2,1	0,6
Produtos de metal, excl. máqs. e equipam.	-3,9	-6,4	14,1	1,6	0,6	1,5	-1,8	-0,5
Máquinas e equipamentos	-2,5	-18,8	21,1	-3,8	-5,7	7,0	1,1	-5,7

FONTE: IBGE-MDIC

OBS. Produtividade = Variação da produção física da indústria (quantum) / variação do número de horas pagas na produção

## INDICADORES

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS  
SELECIONADOS – DEZ/2000–FEV/2016

PERÍODO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 kg)	Feijão Preto (30 kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 kg)	Milho (60 kg)
Dez/2000	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
Dez/2001	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
Dez/2002	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
Dez/2003	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
Dez/2004	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
Dez/2005	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
Dez/2006	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
Dez/2007	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
Dez/2008	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
Dez/2009	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
Dez/2010	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
Dez/2011	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
Dez/2012	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
Dez/2013	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
Jan/2014	60,36	89,62	1.230,87	45,64	23,50
Fev/2014	59,91	87,40	1.202,97	46,29	24,39
Mar/2014	54,80	94,41	1.209,69	46,76	27,02
Abr/2014	62,02	95,37	1.186,52	49,57	27,27
Mai/2014	61,07	88,74	1.165,31	49,94	25,85
Jun/2014	61,67	81,73	1.170,80	48,41	23,90
Jul/2014	61,78	80,26	1.062,62	44,43	22,20
Ago/2014	61,23	79,91	1.083,22	36,71	21,44
Set/2014	58,00	80,77	1.047,49	34,56	20,90
Out/2014	58,46	78,43	1.050,81	32,19	21,07
Nov/2014	60,00	77,84	1.164,19	33,54	23,99
Dez/2014	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
Jan/2015	60,07	87,87	1.132,40	34,37	24,43
Fev/2015	60,10	89,11	1.089,72	34,51	24,39
Mar/2015	60,35	84,95	1.152,64	35,94	25,01
Abr/2015	62,05	80,90	1.108,53	40,36	24,69
Mai/2015	67,60	77,91	1.046,36	41,54	23,00
Jun/2015	74,88	73,80	1.047,04	40,00	23,32
Jul/2015	74,70	74,08	1.143,47	38,97	24,54
Ago/2015	74,05	75,75	1.186,26	38,90	24,96
Set/2015	74,85	77,42	1.323,52	39,33	27,30
Out/2015	77,40	80,63	1.393,83	42,20	28,93
Nov/2015	58,98	81,41	1.370,71	43,48	28,71
Dez/2015	62,10	87,64	1.314,07	43,30	29,39
Jan/2016	64,55	106,78	...	44,10	36,59
Fev/2016	64,55	100,91	...	45,16	38,67

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); CONAB; SEAB-PR

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha  
Sinal convencional utilizado: Dado não disponível

## INDICADORES

### INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837 <sup>(1)</sup>	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848 <sup>(3)</sup>	Índice Ibovespa fechamento mensal (pontos) 7845 <sup>(2)</sup>	Emissão Primária de Debêntures 7841 (R\$ milhões)	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 <sup>(3)</sup>	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 <sup>(4)</sup>
2005 (DEZ)	653.714	841	33.455	41.538	10.718	2.205
2006 (DEZ)	794.875	1.181	44.473	69.463	12.463	2.415
2007 (DEZ)	912.869	1.765	63.886	46.535	13.265	2.652
2008 (DEZ)	917.297	1.088	37.550	37.458	8.776	1.577
2009 (DEZ)	1.086.267	1.740	68.588	2.720	10.428	2.269
2010 (DEZ)	1.286.654	2.071	69.304	2.025	11.578	2.653
2011 (DEZ)	1.501.728	1.834	56.754	220	12.218	2.605
2012 (DEZ)	1.786.186	1.962	60.952	850	13.104	3.020
Jan/2013	1.836.788	1.983	59.761	0	13.861	3.142
Fev/2013	1.852.863	1.918	57.424	2.141	14.054	3.160
Mar/2013	1.864.287	1.932	56.352	2.160	14.579	3.268
Abr/2013	1.877.294	1.925	55.910	2.551	14.804	3.329
Mai/2013	1.895.304	1.907	53.506	0	15.116	3.456
Jun/2013	1.880.342	1.740	47.457	0	14.910	3.403
Jul/2013	1.904.243	1.779	48.234	1.465	15.500	3.626
Ago/2013	1.914.304	1.792	50.011	0	14.810	3.590
Set/2013	1.919.844	1.898	52.338	0	15.130	3.771
Out/2013	1.923.553	1.995	54.256	2.328	15.546	3.920
Nov/2013	1.921.603	1.947	52.482	0	16.086	4.060
Dez/2013	1.939.384	1.890	51.507	300	16.577	4.177
Jan/2014	1.934.332	1.803	47.638	0	15.699	4.104
Fev/2014	1.952.954	1.789	47.094	1.000	16.322	4.308
Mar/2014	1.979.747	1.901	50.514	250	16.458	4.199
Abr/2014	1.983.269	1.940	51.626	1.098	16.581	4.115
Mai/2014	2.017.747	1.902	51.239	0	16.717	4.243
Jun/2014	2.045.954	1.961	53.168	0	16.827	4.408
Jul/2014	2.067.374	2.037	55.829	481	16.563	4.370
Ago/2014	2.107.037	2.224	61.288	0	17.098	4.580
Set/2014	2.130.781	1.979	54.115	0	17.043	4.493
Out/2014	2.149.367	1.980	54.628	845	17.391	4.631
Nov/2014	2.166.487	1.992	54.724	0	17.828	4.792
Dez/2014	2.156.887	1.824	50.007	0	17.823	4.736
Jan/2015	2.192.912	1.745	46.907	10.000	17.165	4.635
Fev/2015	2.226.999	1.897	51.583	551	18.133	4.964
Mar/2015	2.260.558	1.885	51.150	321	17.776	4.901
Abr/2015	2.282.144	2.066	56.229	4.600	17.841	4.941
Mai/2015	2.235.805	1.949	52.760	0	18.011	5.070
Jun/2015	2.355.165	1.973	53.080	0	17.620	4.987
Jul/2015	2.388.160	1.903	50.864	740	17.690	5.128
Ago/2015	2.425.397	1.754	46.625	0	16.528	4.777
Set/2015	2.343.942	1.700	45.059	1.350	16.285	4.620
Out/2015	2.448.624	1.679	45.868	1.892	17.664	5.054
Nov/2015	2.465.544	1.659	45.120	0	17.720	5.109
Dez/2015	2.472.963	1.591	43.349	1.185	17.425	5.007
Jan/2016	2.522.931	1.506	40.405	0	16.466	4.614
Fev/2016	2.553.705	-	42.793	0	16.517	4.558

FONTES: (1) Banco Central do Brasil, (2) Bovespa (Índice de Fechamento do último dia útil do mês), (3) Dow Jones, (4) Nasdaq

NOTA: Para os anos de 2005 a 2008, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano.

Sinal convencional utilizado: Dado não disponível.

## INDICADORES

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M) VALOR
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
1996	4.245.905	47	2.434.733	2	1.811.172
1997	4.853.587	14	3.306.968	36	1.546.619
1998	4.227.995	(13)	4.057.589	23	170.406
1999	3.932.659	(7)	3.699.490	(9)	233.169
2000	4.394.162	12	4.686.229	27	-292.067
2001	5.320.211	21	4.928.952	5	391.259
2002	5.703.081	7	3.333.392	(32)	2.369.689
2003	7.157.853	26	3.486.051	5	3.671.802
2004	9.405.026	31	4.026.146	15	5.378.879
2005	10.033.533	7	4.527.237	12	5.506.296
2006	10.016.338	(0)	5.977.971	32	4.038.367
2007	12.352.857	23	9.017.988	51	3.334.870
2008	15.247.252	23	14.570.222	62	677.030
2009	11.222.827	(26)	9.620.837	(34)	1.601.990
2010	14.176.010	26	13.956.180	45	219.831
2011	17.394.228	22,70	18.766.895	34,46	-1.372.667
2012	17.709.585	1,81	19.387.410	3,30	-1.677.825
2013	18.239.202	2,99	19.343.839	-0,23	-1.104.637
2014	16.332.120	-10,46	17.293.735	-10,61	-961.614
2015	14.909.081	-8,71	12.448.504	-28,03	2.460.577
JAN-FEV/2016	1.874.234	6,70	1.505.112	-27,95	369.122

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1996-2016 (Em US\$ 1.000 FOB - ACUMULADO - e variação % anual)

ANO	EXPORTAÇÃO (X)		IMPORTAÇÃO (M)		SALDO (X-M)	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
1996	47.746.728	...	53.345.767	...	-5.599.039	...
1997	52.982.726	10,97	59.747.227	12,00	-6.764.501	20,82
1998	51.139.862	(3,48)	57.763.476	(3,32)	-6.623.614	(2,08)
1999	48.012.790	(6,11)	49.301.558	(14,65)	-1.288.768	(80,54)
2000	55.118.920	14,80	55.850.663	13,28	-731.743	(43,22)
2001	58.286.593	5,75	55.601.758	(0,45)	2.684.835	(466,91)
2002	60.438.653	3,69	47.242.654	(15,03)	13.195.999	391,50
2003	73.203.222	21,12	48.325.567	2,29	24.877.655	88,52
2004	96.677.497	32,07	62.835.616	30,03	33.841.882	36,03
2005	118.529.184	22,60	73.600.376	17,13	44.928.809	32,76
2006	137.807.470	16,26	91.350.841	24,12	46.456.629	3,40
2007	160.649.073	16,58	120.617.446	32,04	40.031.627	(13,83)
2008	197.942.443	23,21	172.984.768	43,42	24.957.675	(37,66)
2009	152.994.743	(22,71)	127.715.293	(26,17)	25.279.450	1,29
2010	201.915.285	31,98	181.722.623	42,28	20.192.662	(20,12)
2011	256.039.575	26,81	226.245.113	24,47	29.794.462	...
2012	242.579.776	-5,26	223.154.429	-1,37	19.425.346	...
2013	242.033.575	-0,22	239.631.216	7,37	2.402.358	...
2014	225.100.885	-7,00	229.060.058	-4,46	-3.959.173	...
2015	191.134.325	-15,09	171.449.050	-25,18	19.685.274	...
JAN-FEV/2016	24.590.555	-4,67	20.627.139	-35,15	3.963.416	...

FONTE: MDIC/SECEX

Sinal convencional utilizado: Dado não disponível

## INDICADORES

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS (COMPLEXO SOJA E TRIGO) - SAFRAS 2009/2016

(Mil toneladas)

CULTURA	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em Pluma	2009/10	394,2	1.194,1	39,2	1.627,5	1.039,0	512,5	76,0
	2010/11	76,0	1.959,8	144,2	2.180,0	900,0	758,3	521,7
	2011/12	521,7	1.893,3	3,5	2.418,5	895,2	1.052,8	470,5
	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	850,0	748,6	472,0
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.495,5	5,0	1.849,6	800,0	740,0	309,6
Arroz em Casca	2009/10	2.531,5	11.660,9	1.044,8	15.237,2	12.152,5	627,4	2.457,3
	2010/11	2.457,3	13.613,1	825,4	16.895,8	12.236,7	2.089,6	2.569,5
	2011/12	2.569,5	11.599,5	1.068,0	15.237,0	11.656,5	1.455,2	2.125,3
	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	1.000,0	14.203,7	12.000,0	1.200,0	1.003,7
	2014/15	868,3	12.448,6	550,0	13.866,9	11.900,0	1.300,0	666,9
	2015/16	666,9	11.215,8	1.200,0	13.082,7	11.700,0	1.100,0	282,7
Feijão	2009/10	317,7	3.322,5	181,2	3.821,4	3.450,0	4,5	366,9
	2010/11	366,9	3.732,8	207,1	4.306,8	3.600,0	20,4	686,4
	2011/12	686,4	2.918,4	312,3	3.917,1	3.500,0	43,3	373,8
	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.115,3	110,0	3.529,1	3.350,0	90,0	89,1
	2015/16	89,1	3.328,1	110,0	3.527,2	3.350,0	90,0	87,2
Milho	2009/10	7.112,8	56.018,1	391,9	63.522,8	46.967,6	10.966,1	5.589,1
	2010/11	5.589,1	57.406,9	764,4	63.760,4	48.485,5	9.311,9	5.963,0
	2011/12	5.963,0	72.979,5	774,0	79.716,5	51.888,6	22.313,7	5.514,2
	2012/13	5.514,2	81.505,7	911,4	87.931,3	53.498,3	26.174,1	8.258,9
	2013/14	8.258,9	80.052,0	800,0	89.110,9	53.905,6	20.913,8	14.291,5
	2014/15	11.835,5	84.672,4	350,0	96.857,9	55.959,5	30.877,7	10.020,7
	2015/16	10.540,6	83.519,1	500,0	94.559,7	58.391,0	29.000,0	7.168,7
Soja em Grãos	2009/10	674,4	68.688,2	117,8	69.480,4	37.800,0	29.073,2	2.607,2
	2010/11	2.607,2	75.324,3	41,0	77.972,5	41.970,0	32.986,0	3.016,5
	2011/12	3.016,5	66.383,0	266,5	69.666,0	36.754,0	31.468,0	444,0
	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.524,0	42.791,9	740,1
	2013/14	910,3	86.120,8	630,0	87.661,1	39.935,8	45.691,0	1.414,8
	2014/15	1.414,8	96.228,0	324,1	97.966,9	42.850,0	54.324,0	792,9
	2015/16	792,9	101.179,7	300,0	102.272,6	44.100,0	56.750,0	1.422,6
Farelo de Soja	2009/10	1.903,2	26.719,0	39,5	28.661,7	12.944,0	13.668,6	2.049,1
	2010/11	1.967,9	29.298,5	24,8	31.291,2	13.758,0	14.289,0	3.177,8
	2011/12	3.177,8	26.026,0	5,0	29.208,8	14.051,0	14.289,0	868,7
	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,4	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	31.185,0	1,0	32.021,3	15.500,0	15.500,0	1.021,3
Óleo de Soja	2009/10	302,2	6.766,5	16,2	7.084,9	4.980,0	1.563,8	541,1
	2010/11	676,6	7.419,8	0,1	8.096,5	5.367,0	1.741,0	988,5
	2011/12	988,5	6.591,0	1,0	7.580,5	5.172,4	1.757,1	651,0
	2012/13	651,0	6.903,0	5,0	7.559,0	5.556,3	1.362,5	640,2
	2013/14	640,2	7.176,0	0,1	7.816,3	5.930,8	1.305,0	580,5
	2014/15	580,5	7.722,0	25,2	8.327,7	6.359,2	1.669,9	298,6
	2015/16	298,6	7.897,5	12,0	8.208,1	6.380,0	1.400,0	428,1
Trigo	2010	2.879,9	5.881,6	5.922,2	14.559,9	9.842,4	2.515,9	2.201,6
	2011	2.201,6	5.788,6	5.771,9	14.002,0	10.144,9	1.901,0	1.956,1
	2012	1.956,1	4.379,5	6.011,8	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	7.010,2	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.750,0	12.459,5	10.367,3	900,0	1.192,2

FONTE: CONAB – Levantamento 6 - MAR/2016 (disponível em: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br))

NOTA: Estoques de passagem – Algodão, feijão e soja: 31 de dezembro – Arroz 28 de fevereiro – Milho 31 de janeiro e Trigo 31 de julho

## INDICADORES

DUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES - 1989-2016

(ESTIMATIVAS MAR/2016)

(Mil toneladas e mil hectares)

ANO	BRASIL			MAIORES ESTADOS PRODUTORES									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio (kg/ha)	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
				Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área colhida	Produção	Área colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740,16	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580,00	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027,00	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150,00	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179,00	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221,00	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175,00	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299,00	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384,00	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367,00	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414,00	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751,00	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577,00	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816,00	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329,00	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245,00	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419,00	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822,66	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816,00	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629,00	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927,00	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854,00	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998,00	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	101.180	33.245	3.043,00	27.968	9.140	17.828	5.444	10.654	3.415	7.727	2.430	4.541	1.449

FONTE: CONAB



# INDICADORES

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2014

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Mundo	3,5	5,0	3,9	5,0	4,9	2,2	-0,4	5,0	3,7	2,9	3,0	2,6
África do Sul	3,0	4,5	5,3	5,6	5,6	3,6	-1,7	2,8	3,3	3,1	2,0	...
Alemanha	-0,7	0,7	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,6	0,2	1,58
Argentina	8,8	9,0	9,2	8,4	8,0	3,1	0,1	9,1	8,6	0,9	2,9	...
Bolívia	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,2	6,8	5,46
Brasil	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	...	...	...
Canadá	1,9	3,1	3,2	2,6	2,0	1,2	-2,7	3,4	3,0	1,9	2,0	2,44
Chile	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,89
China	10,0	10,1	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,3	9,3	7,8	...	...
Colômbia	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,5	4,3	...	...	...	...
Coreia do Sul	2,9	4,9	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	3,0	3,31
Equador	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	3,6	5,7	3,80
Estados Unidos	2,8	3,8	3,3	2,7	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,39
França	0,8	2,6	1,6	2,6	2,3	0,1	-2,9	1,9	2,1	0,4	0,4	0,39
Índia	8,0	7,0	9,5	9,6	9,3	6,7	8,6	9,3	6,3	4,5	6,6	7,2
Indonésia	4,8	5,0	5,7	5,5	6,3	6,0	4,6	6,2	6,5	6,2	5,8	5,02
Itália	0,2	1,4	1,2	2,1	1,3	-1,1	-5,5	1,7	0,7	-2,3	-1,9	-0,65
Japão	1,7	2,4	1,3	1,7	2,2	-1,1	-5,5	4,7	-0,4	1,7	1,6	-0,15
México	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,9	4,0	1,4	2,15
Paraguai	4,3	4,1	2,1	4,8	5,4	6,4	-4,0	13,1	4,3	-1,2	14,3	4,23
Peru	4,0	5,6	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,34
Reino Unido	4,3	2,5	2,8	3,0	2,6	-0,3	-4,3	1,9	1,6	0,7	1,7	2,82
Rússia	7,4	7,2	6,4	8,2	8,5	5,3	-7,8	4,5	4,3	3,4	7,4	0,63
Tailândia	7,0	6,2	4,5	5,6	4,9	2,5	-2,3	7,8	0,1	6,5	2,9	0,73
Uruguai	0,8	5,0	7,5	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	...
Venezuela	-7,76	18,29	10,32	9,87	8,75	5,28	-3,20	-1,49	4,18	...	...	...

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

# INDICADORES

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2003-2014

PAÍSES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Mundo</b>	3,91	4,86	4,90	4,37	4,83	4,73	1,47	4,69	4,97	2,87	3,65	3,22
África do Sul	5,86	1,39	3,40	4,64	7,10	11,54	7,13	4,26	5,00	5,65	5,45	6,38
Alemanha	1,44	1,05	0,60	0,31	1,62	0,81	1,70	0,96	0,97	1,78	2,56	0,91
Argentina	10,50	9,22	8,82	13,53	14,95	23,94	10,28	15,40	17,62	16,39	...	....
Bolívia	6,33	7,97	5,94	13,66	7,37	10,38	-2,42	8,78	14,57	6,91	6,01	5,78
Brasil	13,72	8,04	7,21	6,15	5,87	8,33	7,19	8,23	6,97	...	...	6,33
Canadá	3,18	2,99	2,83	2,47	4,31	3,42	-2,01	2,68	2,94	3,76	1,37	1,91
Chile	4,97	7,47	7,15	12,65	4,84	0,47	3,84	8,83	3,33	1,30	1,73	4,40
China	1,16	3,88	1,82	1,46	4,75	5,86	-0,70	3,31	5,41	2,65	2,63	1,99
Colômbia	6,47	5,13	15,86	5,78	5,04	7,56	3,41	3,86	6,73	3,17	1,52	2,88
Coreia do Sul	3,40	2,98	1,03	-0,14	2,40	2,96	3,54	3,16	1,58	1,04	0,70	1,27
Equador	10,59	4,26	7,73	8,00	6,65	13,85	-1,36	6,75	6,71	4,40	4,95	3,57
EUA	1,99	2,75	3,22	3,07	2,66	1,96	0,76	1,22	2,06	1,80	1,49	1,62
França	2,09	1,44	2,11	2,24	2,51	2,25	0,51	0,73	1,23	1,20	1,02	0,51
Índia	3,81	3,77	4,25	6,15	6,37	8,35	10,88	11,99	8,86	9,31	10,91	6,35
Indonésia	5,49	8,55	14,33	14,09	11,26	18,15	8,27	8,26	8,12	4,53	4,16	6,39
Itália	2,89	2,59	1,74	1,87	2,60	2,44	2,07	0,40	1,20	1,50	1,53	0,24
Japão	-1,71	-1,35	-1,27	-1,11	-0,91	-1,24	-0,51	-2,19	-1,89	-1,20	-0,62	2,75
México	21,14	8,36	5,21	6,34	4,97	6,06	3,40	4,46	5,37	3,23	1,63	4,02
Paraguai	12,21	8,99	10,08	6,08	9,77	9,34	2,04	6,10	9,83	5,55	-3,80	5,03
Peru	2,30	1,99	2,10	8,29	2,39	1,94	1,56	6,01	5,17	2,08	1,73	3,23
Reino Unido	2,17	2,91	2,81	2,69	2,87	2,89	1,99	3,17	2,13	1,66	1,79	1,46
Rússia											1,29	7,83
Tailândia	1,63	3,31	4,56	4,69	3,55	3,84	1,92	3,66	4,25	1,33	1,67	1,90
Uruguai	16,54	10,10	0,68	6,53	9,42	8,02	5,58	4,66	8,98	7,37	7,62	8,88
Venezuela	34,93	33,95	29,60	17,90	15,45	30,13	7,83	45,94	28,15	14,06	...	62,17

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*

Sinal convencional utilizado: Dado não disponível

## Panorama Econômico – Março/2016

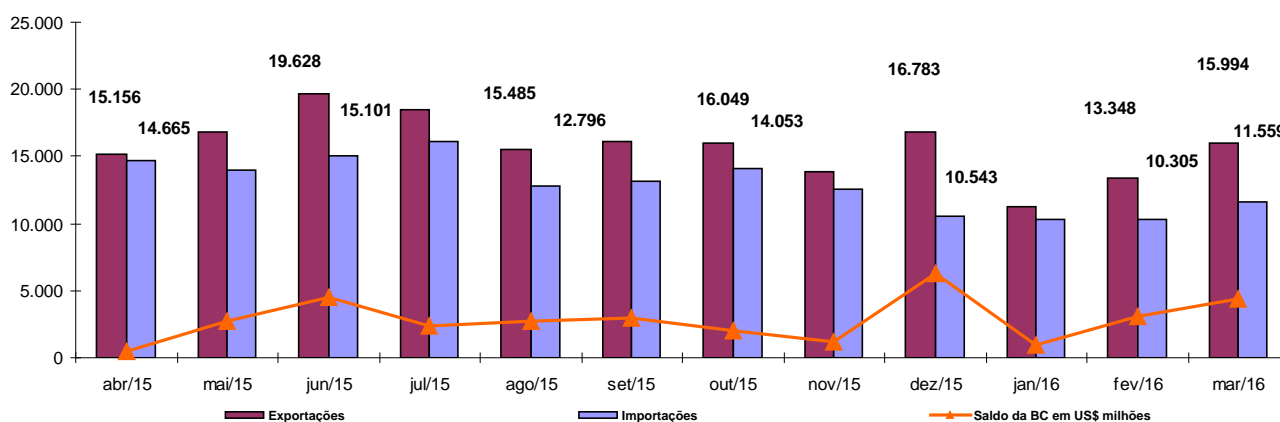
Carlos Ilton Cleto

### Comércio Internacional.

#### Balança Comercial Mensal (Março/2016) – MDIC

##### Fato

Em março de 2016, a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 4,44 milhões, resultado de *exportações* de US\$ 15,99 bilhões e *importações* de US\$ 11,56 bilhões. A *corrente do comércio* atingiu US\$ 27,55 bilhões no mês e US\$ 72,77 bilhões no ano. O *superávit comercial* acumulado no ano é de US\$ 8,40 bilhões.



FONTE: MDIC

##### Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mês anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 3,5%, e as *importações* queda de 3,1%. Pelo mesmo critério, na comparação com março de 2015, houve queda de 5,8% nas *exportações* e de 30,0% nas *importações*.

A *corrente do comércio*, pela média diária, registrou recuo de 17,7% com relação ao mesmo mês do ano anterior, e avanço de 0,6% na comparação com fevereiro 2016.

Em doze meses, às *exportações* caíram 12,4%, as *importações* 29,1%, e a *corrente do comércio* recuou 20,8%. Considerando o acumulado no ano, as *exportações* caíram 5,1% sobre o mesmo período do ano anterior e as *importações* 33,4%. A *corrente do comércio* diminuiu 20,1%.

Em março de 2016, na comparação com igual mês do ano anterior, as *exportações* de produtos *semimanufaturados* caíram 14,1%, a de *manufaturados* recuou 5,6% e a de *básicos* 1,8%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Alemanha. Pelo lado das *importações*, houve redução de 40,8% em *combustíveis e lubrificantes*, 31,0% nos *bens de consumo*, 28,3% em *bens intermediários* e 26,8% nos *bens de consumo*. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Hong Kong e Macau, Alemanha, Argentina e França.

##### Consequências

O setor *exportador* segue apontando resultados acima do ano anterior, porém, o saldo positivo é decorrente de uma queda nas *importações* em montante maior do que nas *exportações*.

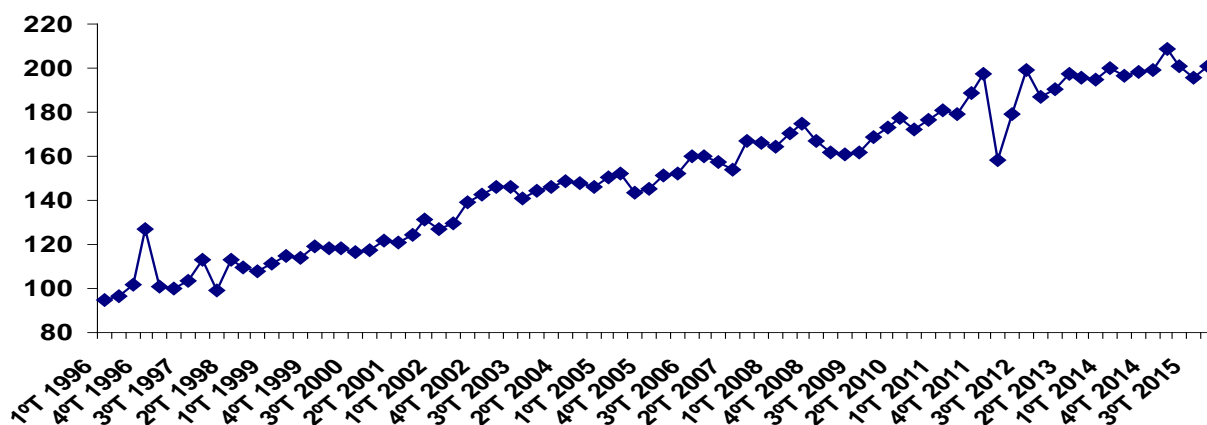
## Atividade

### PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (4º Trimestre 2015) - IBGE

#### Fato

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* caiu 1,4% no quarto trimestre de 2015, frente ao terceiro trimestre, chegando a R\$ 1,53 trilhão. No ano de 2015 o *PIB* recuou 3,8% em relação a 2014, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. O *PIB per capita* chegou a R\$ 28.876, após ter recuado 4,6% em termos reais, frente a 2014.

### PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



FONTE: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

#### Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no quarto trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a maior queda foi na *Indústria*, 1,4%, seguido do setor de *Serviços*, 1,4%. Já a *Agropecuária* apresentou avanço de 2,9%. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* registrou o 7º trimestre consecutivo de queda, 4,9%, a *Despesa de Consumo das Famílias* recuou 1,3%, a *Despesa de Consumo da Administração Pública* caiu 2,9%. No setor externo as *Exportações de Bens e Serviços* recuaram 0,4% e as *Importações* 5,9%.

Em 2015, a *Indústria* teve o pior desempenho, queda de 6,2%, seguida do setor de *Serviços*, 2,7%. A *Agropecuária* cresceu 1,8%, decorrente principalmente do desempenho da *soja* e do *milho*. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* teve a maior queda 14,1%, justificada pela queda na produção da interna e da importação de *bens de capital*, além do desempenho negativo da *construção civil*. A *Despesa de Consumo das Famílias* diminuiu 4,0% e a *Despesa de Consumo da Administração Pública* 1,0%. Pela demanda externa, as *Exportações de Bens e Serviços* registraram expansão de 6,1%, e as *Importações* apresentaram recuo de 14,3%.

#### Consequências

O desempenho de 2015 foi desastroso. Para os próximos trimestres a expectativa é de desempenho ainda inferior, decorrente do necessário ajuste fiscal por parte do governo e de medidas de *política monetária antiinflacionária*.

## Atividade

### Produção Industrial Mensal (Janeiro/2016) – IBGE

#### Fato

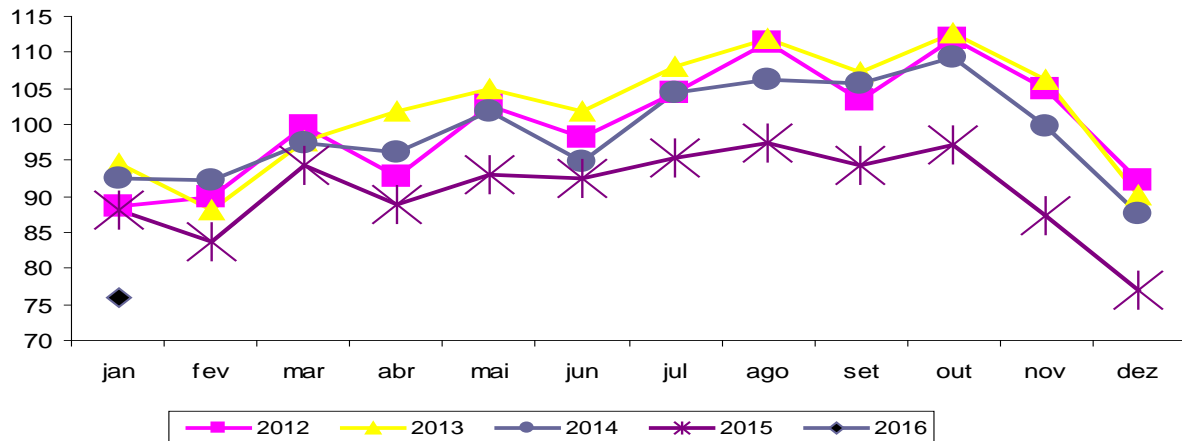
Em janeiro, a *produção industrial* mostrou avanço de 0,4% com relação ao mês anterior. Frente a janeiro de 2015, houve recuo de 13,8%. No acumulado dos últimos doze meses a queda foi de 9,0%.

#### Causa

Na comparação com o mês anterior, os *bens de capital* e *intermediários* tiveram crescimento de 1,3% e 0,8%, respectivamente e os *bens de consumo semi e não-duráveis* aumentaram 0,3%. Por outro lado, os *bens de consumo duráveis* recuaram 2,4%, após avançarem 8,0% no mês anterior.

Comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, todas as categorias de uso apresentaram recuo. Os *bens de capital* tiveram queda de 35,9%, vigésima terceira taxa negativa consecutiva e a queda mais intensa desde o início da série histórica, motivada principalmente por bens de capital para equipamentos de transporte. Os *bens de consumo duráveis* retroagiram 28,2%, os *bens intermediários* 11,9% e os *bens de consumo semi e não-duráveis*, 7,2%.

### Produção Industrial BRASIL



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Consequência

Apesar do avanço frente ao mês, o desempenho do setor industrial segue com desempenho extremamente negativo. O avanço mensal traz características sazonais e a indústria ao longo dos últimos meses não tem conseguido reagir à crise, registrando taxas negativas ou pífiás de crescimento.

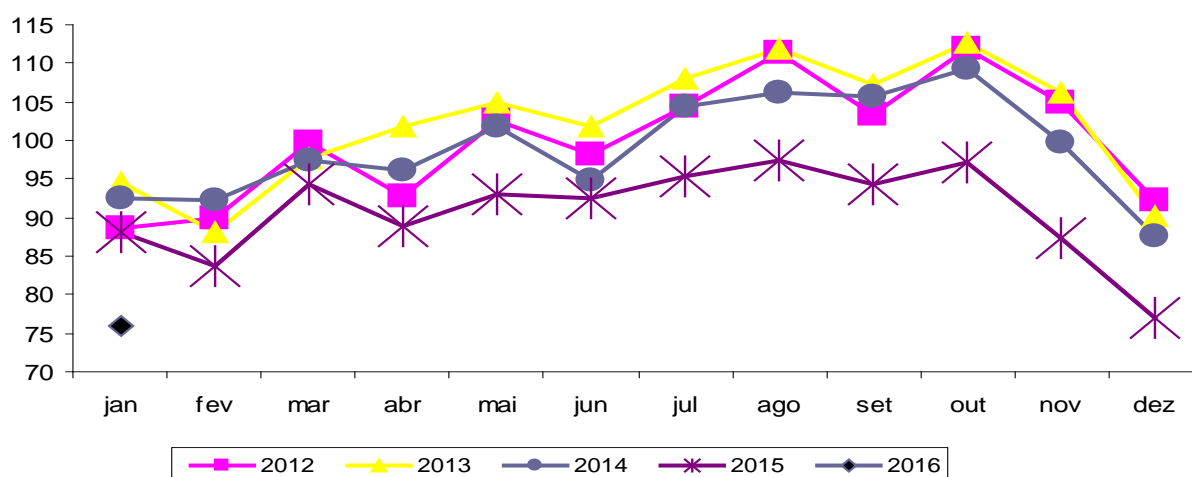
## Atividade

### Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Janeiro/2016) - IBGE

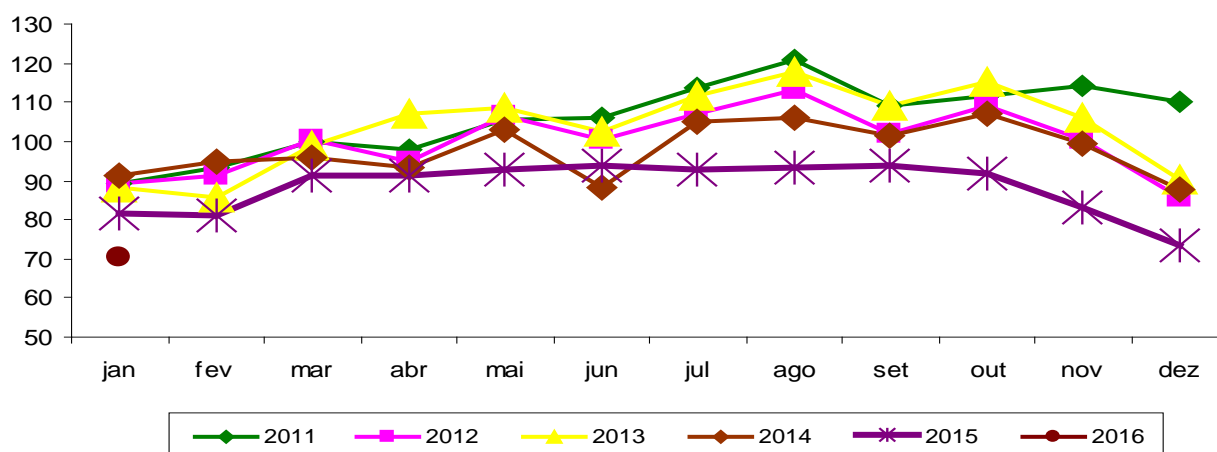
#### Fato

Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, a *produção industrial* cresceu em oito, dos quatorze locais pesquisados, e na comparação com janeiro de 2015, doze dos quinze regiões pesquisadas registraram variação negativa. No acumulado dos últimos doze meses, também, onze locais apresentaram queda na produção. No **Paraná**, frente ao mês anterior, a *produção industrial* apresentou avanço de 2,2%, após assinalar três taxas negativas consecutivas, período em que acumulou perda de 9,1%. Na comparação com janeiro de 2015 houve recuo de 13,6%, sétima taxa negativa consecutiva neste tipo de confronto e no acumulado em doze meses ocorreu retração de 9,8%.

#### Produção Industrial BRASIL



#### Produção Industrial PARANÁ



FONTE: IBGE - Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (Base: média de 2002 = 100)

#### Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que tiveram os maiores avanços foram: Santa Catarina, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará e **Paraná**. As maiores quedas ocorreram em Pernambuco, Amazonas e Espírito Santo. Na comparação com janeiro de 2015, os maiores recuos foram: Amazonas, Pernambuco, e Espírito Santo. Os avanços ocorreram no Pará, Bahia e Mato Grosso.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, das treze atividades pesquisadas, doze registraram queda. Os maiores impactos negativos vieram de *veículos automotores, reboques e carrocerias, máquinas e equipamentos, outros produtos químicos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, bebidas, produtos de metal,*

produtos alimentícios, e produtos de minerais não metálicos. A única variação positiva foi em coque, produtos derivados do petróleo e bicombustíveis.

### Consequência

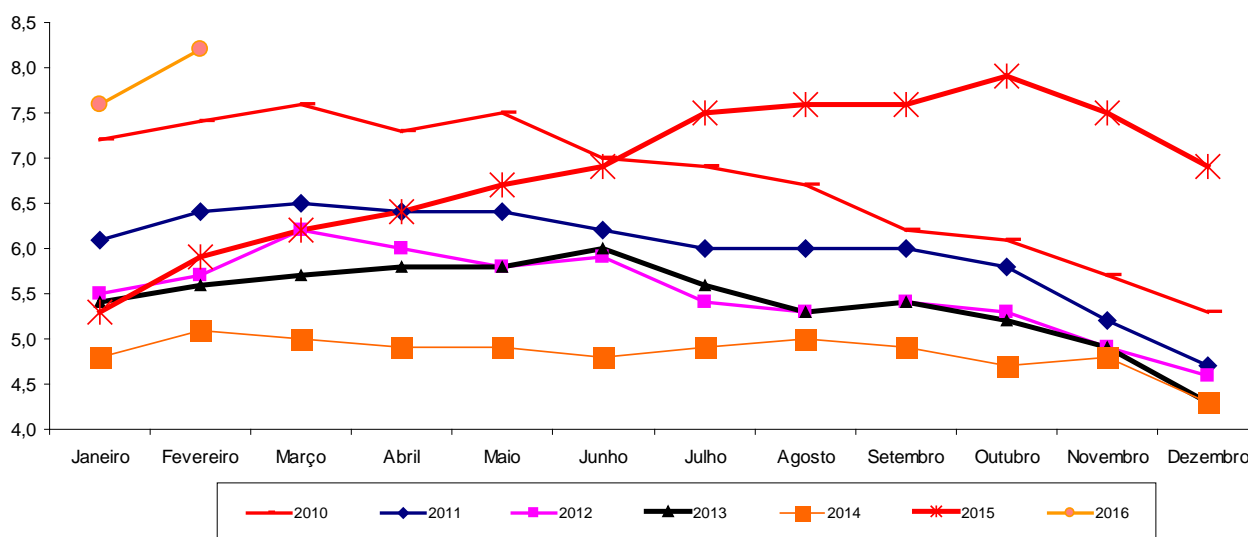
De forma semelhante ao resultado nacional, a indústria paranaense vem apresentando forte retração, devendo esta tendência se manter nos próximos meses, intensificada pelas Políticas Econômicas de combate a inflação.

### Atividade

#### Pesquisa Mensal de Emprego (Fevereiro/2016) – IBGE

#### Fato

Em fevereiro, a taxa de desocupação foi de 8,2%, aumentando 0,6 p.p. em relação a janeiro de 2016 e 2,4 p.p. frente ao mesmo mês do ano anterior. O rendimento médio real habitual da população ocupada foi calculado em R\$ 2.227,50 diminuindo 1,5% no confronto com janeiro, e 7,5% frente ao mesmo mês do ano anterior. A massa de rendimento médio real habitual recebida pela população ocupada foi estimada em R\$ 50,8 bilhões, diminuindo 3,4% em relação a janeiro e 11,2% frente ao mesmo mês do ano passado. O contingente de pessoas ocupadas, 22,6 milhões, recuou 1,9% em relação a janeiro e 3,6% frente a fevereiro de 2015.



FONTE: IBGE

### Causa

Regionalmente, frente ao mês anterior, a taxa de desocupação aumentou em São Paulo, de 8,1% para 9,3%, permanecendo estável nas demais comparações. Frente ao mesmo mês do ano anterior a taxa de desocupação subiu em todas as Regiões Metropolitanas, com desataque para Recife, 3,4 p.p., São Paulo, 3,2 p.p., e Belo Horizonte, 2,3 p.p.

No que se refere aos Grupos de Atividade, com relação ao Rendimento médio real habitualmente recebido, no mês a maior queda foi na Indústria extrativa, de transformação, e distribuição de eletricidade, gás e água, 4,2%. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a maior retração foi na Construção, 12,8%.

### Consequência

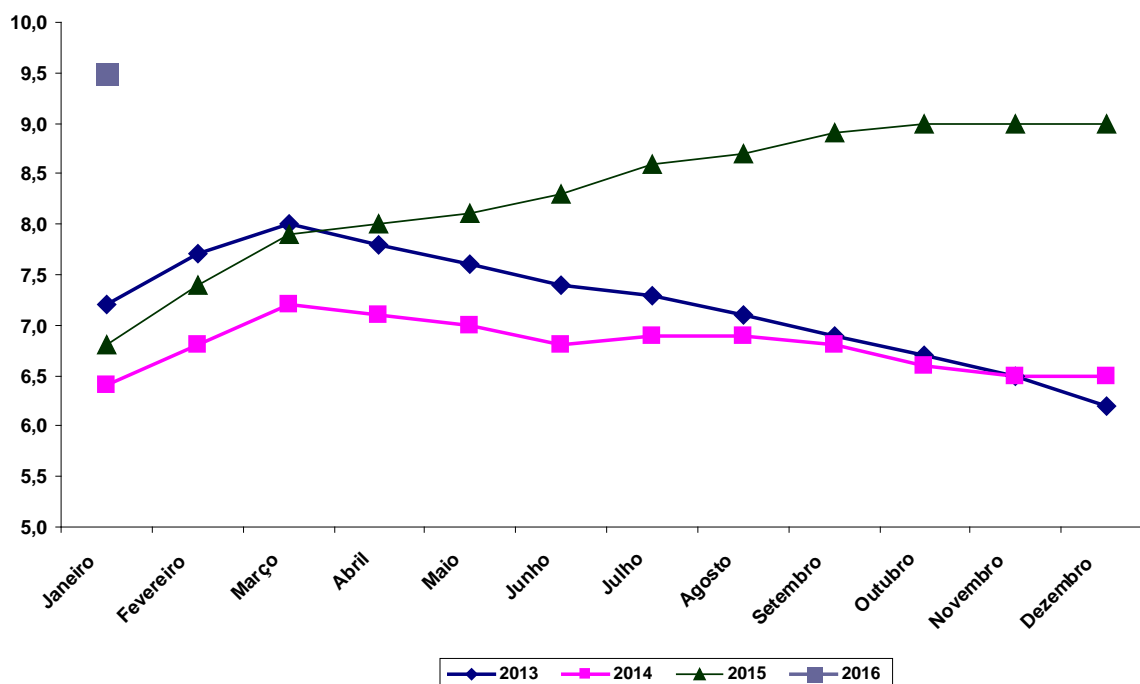
O crescimento do desemprego no mês deve-se ao desaquecimento da atividade econômica, devendo ocorrer aumento na taxa de desocupação ao longo de 2016.

## Atividade

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre encerrado em Janeiro/2016) – IBGE

### Fato

A *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* apontou, para o trimestre novembro de 2015 a janeiro de 2016, *taxa de desocupação* de 9,5%, com crescimento de 0,5 p.p. frente ao trimestre encerrado em outubro de 2015 e expansão de 2,7 p.p. na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. O *rendimento médio real habitualmente recebido* ficou em R\$ 1.939, 0,5% inferior ao trimestre encerrado em outubro e 2,4% menor do que janeiro de 2015.



FORTE: IBGE

### Causa

No trimestre encerrado em janeiro, havia cerca de 9,6 milhões de *peçoas desocupadas*, 545 mil peçoas a mais em relação ao trimestre encerrado em outubro, portanto houve um acréscimo de 6,0%. Na comparação com o mesmo trimestre de 2015, o aumento foi de 42,3%, significando um aumento de 2,9 milhões de *peçoas desocupadas na força de trabalho*.

A massa de *rendimento médio real habitualmente recebido* em todos os trabalhos pelas peçoas ocupadas foi estimada em R\$ 172,8 bilhões, registrando estabilidade em relação ao trimestre encerrado em outubro e queda de 3,1%, frente ao trimestre encerrado em janeiro de 2015.

### Consequência

Decorrente da forte queda na *atividade econômica* a *taxa de desemprego* ainda segue em patamar elevado, não existindo sinalizações para melhora, apontando para um crescimento na *taxa de desocupação* nos próximos meses.



## Atividade

### Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Fevereiro/2016) – IBGE

#### Fato

O *Levantamento Sistemático da Produção Agrícola* apontou para uma *produção* de 211,3 milhões de toneladas em 2016, 0,3% superior à *produção* obtida no ano de 2015. A *área a ser colhida* de 58,4 milhões de hectares apresentou acréscimo de 1,2% frente à *área colhida* 2015. O Mato Grosso aparece como o maior *produtor nacional de grãos*, com 24,1% da produção nacional, seguido pelo **Paraná**, com 18,2% e Rio Grande do Sul, 14,6%, os três Estados somam 56,9% do total da produção.

#### Causa

As produções de *arroz milho* e *soja*, que correspondem a 86,4% da área plantada e 92,8% do total da produção, tiveram as seguintes variações: crescimento de 4,9% para a *soja* e reduções de 5,5% para o *arroz* e 3,5% para o *milho*. O *levantamento sistemático da produção agrícola*, na comparação da estimativa de 2016 em relação à produção obtida em 2015 registrou variação positiva para doze dos vinte e seis produtos pesquisados: *amendoim em casca 1ª safra*, *aveia em grão*, *batata-inglesa 1ª safra*, *cacau em amêndoa*, *café em grão – arábica*, *cebola*, *cevada em grão*, *feijão em grão 1ª safra*, *mamona em baga*, *mandioca*, *soja em grão* e *trigo em grão*.

Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *algodão herbáceo em caroço*, *amendoim em casca 2ª safra*, *arroz em casca*, *batata-inglesa 2ª e 3ª safras*, *café em grão – canephora*, *cana-de-açúcar*, *feijão em grão 2ª e 3ª safras*, *laranja*, *milho em grão 1ª e 2ª safras*, *sorgo em grão* e *triticale em grão*.

A *distribuição regional da safra* ficou da seguinte forma: Centro-Oeste, 89,0 milhões de toneladas, Região Sul, 75,7 milhões de toneladas, Sudeste, 20,6 milhões de toneladas, Nordeste, 18,7 milhões de toneladas, e Norte, 7,4 milhões de toneladas.

#### Consequência

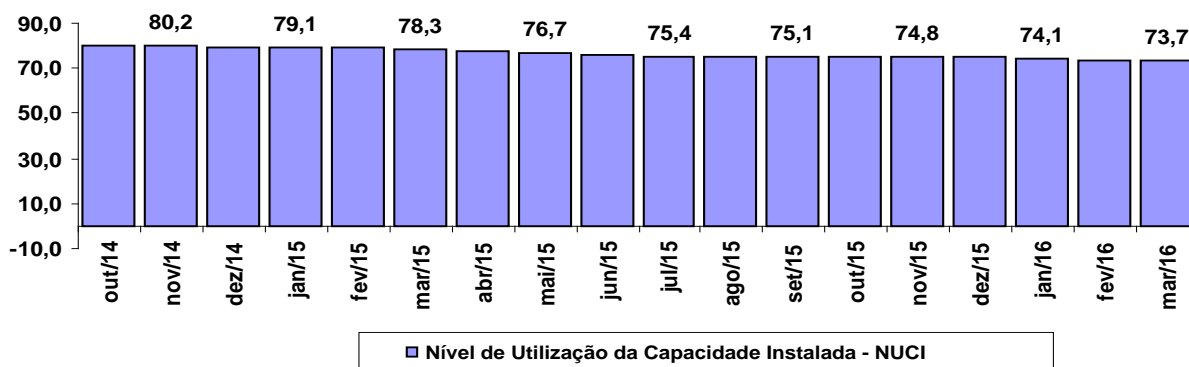
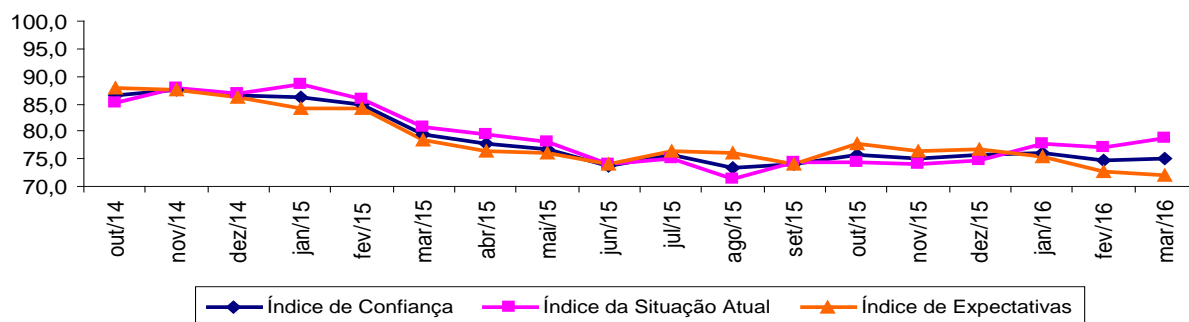
O prognóstico apresenta em 2016 uma *produção* superior a de 2015 e a expectativa é que neste ano, salvo problemas climáticos e pluviométricos, deveremos apresentar crescimento na *safra agrícola*.

## Atividade

### Sondagem da Indústria (Março/2016) – FGV

#### Fato

Na passagem de fevereiro para março, o *Índice de Confiança da Indústria* avançou 0,4 pontos, passando de 74,7 para 75,1 pontos. Com relação ao mês anterior o *Índice da Situação Atual* teve aumento de 1,5 pontos chegando a 78,6 pontos, o maior desde abril de 2015. O *Índice de Expectativas* apresentou diminuição de 0,6 pontos, passando de 72,6 para 72,0 pontos, o menor da série histórica. A *utilização da capacidade instalada* cresceu 0,1 p.p., chegando a 73,7%.



FONTE: FGV

#### Causa

No índice pertinente a *situação atual* – ISA, a percepção com relação ao nível de estoques, exerceu a maior contribuição para a evolução positiva do índice, com redução de 0,7 p.p., na *proporção de empresas* que consideram os estoques excessivos, chegando a 17,0%, e aumento de 0,5 p.p., na *parcela* que o consideram como insuficiente, atingindo 6,2%.

No que tange ao *Índice das Expectativas* - IE, a maior contribuição para a piora veio das expectativas com relação à *evolução da produção física nos três meses seguintes*. O indicador de produção prevista recuou 2,0 pontos em março, chegando a 72,5 pontos.

#### Consequências

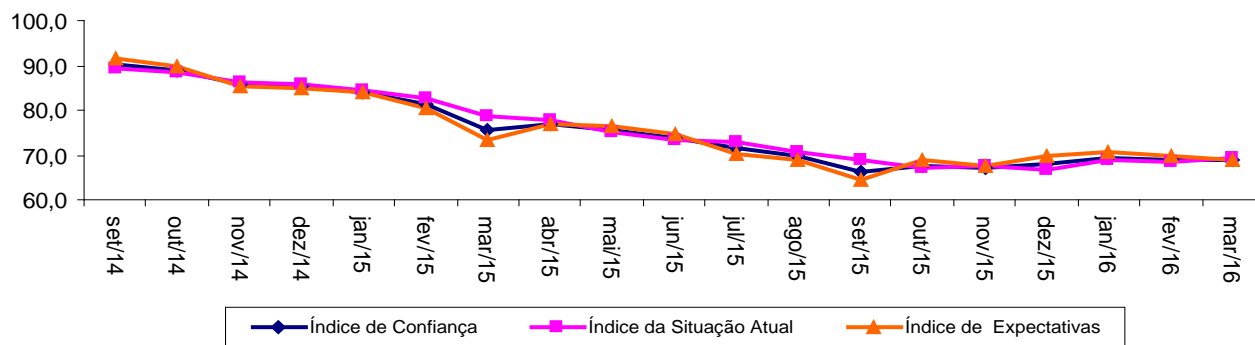
Apesar da breve alta no mês, o patamar baixo que se encontra o ICI apontam para um humor em baixa dos empresários, reduzindo as expectativas de retomada do crescimento neste início do ano, o que deverá trazer reflexos no PIB e no nível de emprego.

## Atividade

### Sondagem de Serviços (Março/2016) – FGV

#### Fato

O *Índice de Confiança de Serviços - ICS* subiu 0,1 pontos entre fevereiro e março, passando de 68,8 para 68,9 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* cresceu 1,1 pontos, passando de 68,4 para 69,5 pontos. O *Índice de Expectativas - IE* caiu 0,9 pontos, atingindo 68,9 pontos.



FONTE: FGV

#### Causa

No *ISA*, destacou-se a avaliação mais favorável sobre o *volume de demanda atual*, com crescimento de 2,8 pontos, enquanto o indicador da *situação atual dos negócios* caiu 0,6 pontos. Nas *expectativas*, houve redução de 2,4 pontos no indicador que mede a evolução da *situação dos negócios nos seis meses seguintes*.

#### Consequência

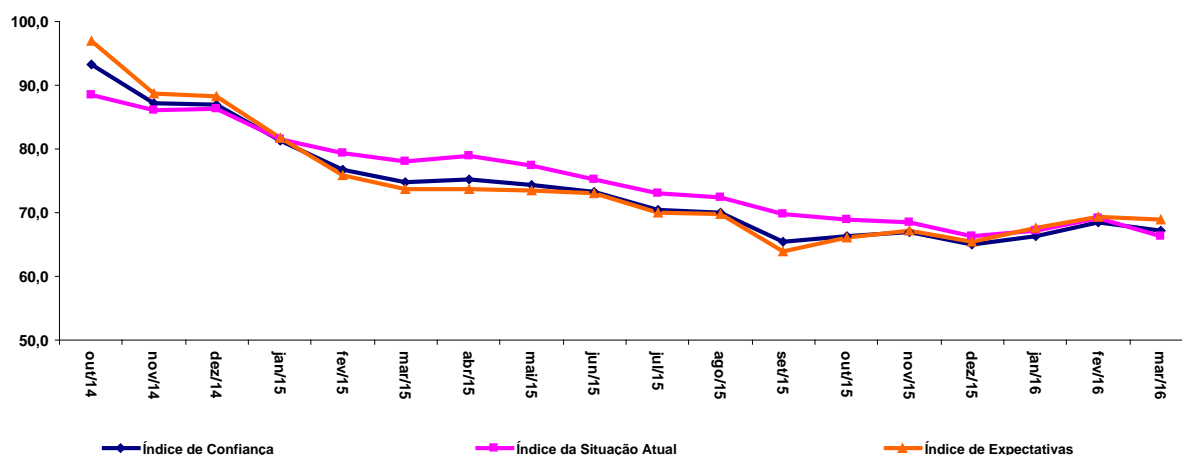
O aumento no índice foi pontual e, provavelmente, dado o cenário de *instabilidade política e econômica* não deve se manter nas próximas apurações.

## Atividade

### Sondagem do Consumidor (Março/2016) – FGV

#### Fato

Entre os meses de fevereiro e março, o *ICC* recuou 1,4 pontos, passando de 68,5 para 67,1 pontos, após duas altas consecutivas, o índice volta a cair, influenciado pela piora da percepção em relação à *situação atual*. O índice da *Situação Atual* caiu 2,8 pontos, de 69,1 para 66,3 pontos, e o *Índice das Expectativas* cedeu 0,4 pontos de 69,4 para 69,0 pontos.



FONTE: FGV

### Causa

Com referência a *situação presente*, o quesito que mede o *grau da satisfação dos consumidores com a situação financeira da família* foi o que mais contribuiu para a queda do **ICC** em março. O indicador, que vinha se recuperando nos últimos meses, caiu 4,7 pontos, atingindo 61,0 pontos, o *menor nível da série histórica*.

No que tange a *expectativa para os próximos seis meses*, o indicador que mede o *otimismo com a situação financeira das famílias para os próximos meses* recuou 1,2 ponto, de 76,1 para 74,9 pontos, uma *acomodação das expectativas* após o avanço de 5,9 pontos em fevereiro.

### Consequência

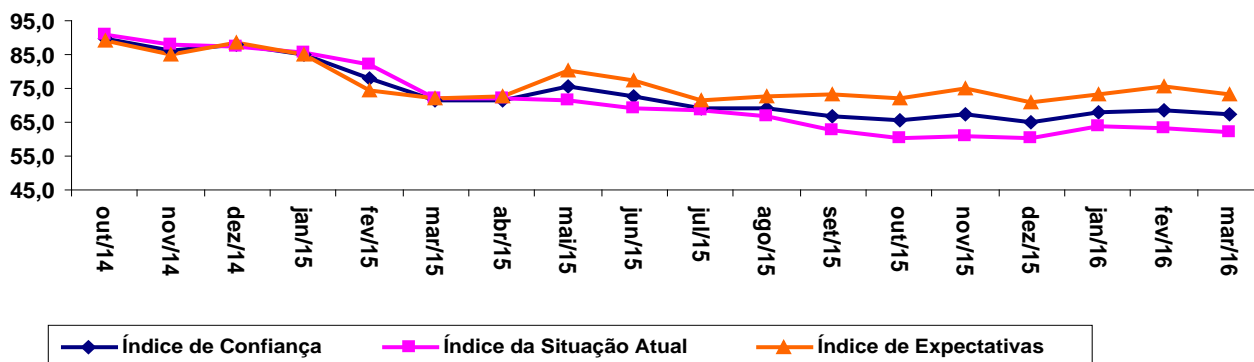
A *confiança do consumidor* volta a apresentar recuo, após dois meses de relativa recuperação, condicionado principalmente pela pior avaliação com relação à *situação financeira da família*.

### Atividade

#### Sondagem do Comércio (Março/2016) – FGV

### Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* reduziu 1,7 pontos na comparação entre fevereiro e março, passando de 68,8 para 67,1 pontos, quarto menor valor da série iniciada em março de 2010. O *Índice da Situação Atual - ISA* caiu 1,2 pontos, chegando a 62,3 pontos e o *Índice de Expectativas - IE* recuou 2,0 pontos, atingindo 73,3 pontos.



FORNTE: FGV

### Causa

Nas *expectativas*, entre os quesitos integrantes do índice, o que mede as *expectativas em relação às vendas nos três meses seguintes* foi o que mais contribuiu na piora, ao recuar 2,5 pontos em março. No que se refere à *situação atual*, o indicador que mede o grau de satisfação em relação ao *volume de demanda atual*, caiu 6,5 pontos.

### Consequência

A queda no índice confirma *desaceleração da atividade do setor Comércio*, e as comparações com períodos mais recentes sugerem que o setor segue intensificando o ritmo de recuo.

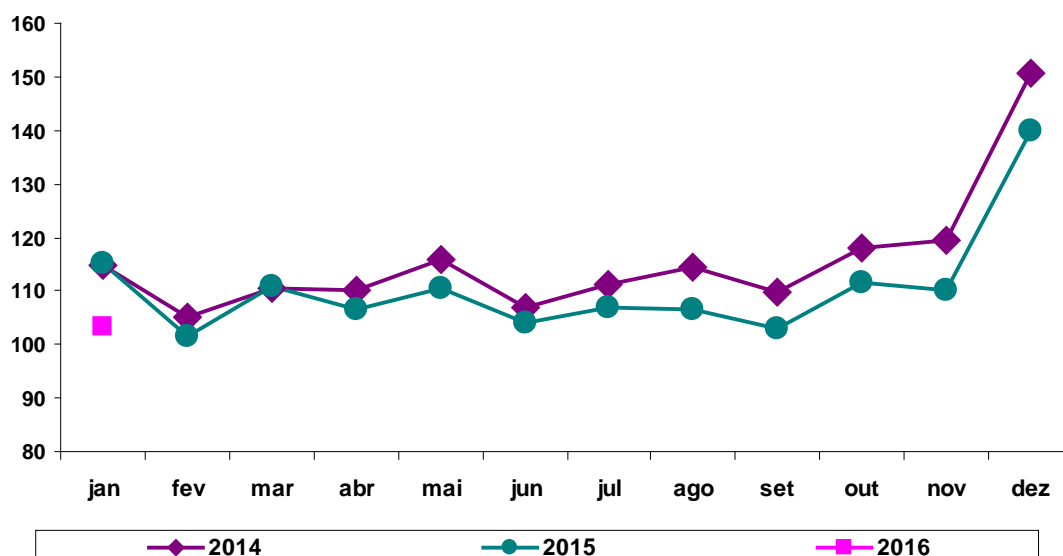
## Atividade

### Pesquisa Mensal do Comércio (Janeiro/2016) – IBGE

#### Fato

No mês de janeiro, o *volume de vendas do comércio varejista*, com *ajuste sazonal*, diminuiu 1,5% em relação a dezembro e a *receita nominal* cresceu 0,1%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de negativos 10,3% sobre janeiro de 2015, e negativo 5,2% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 1,0% com relação à igual mês de 2015 e 2,8% no acumulado em doze meses.

No *comércio varejista ampliado*, no que se refere ao *volume de vendas*, houve recuo de 1,6% frente ao mês imediatamente anterior, queda de 13,3% frente a janeiro de 2015 e de 9,3% no acumulado em doze meses. No que tange a *receita nominal*, houve retrocesso de 0,7% frente ao mês imediatamente anterior, de 4,7% frente a janeiro de 2015 e de 2,3% no acumulado em doze meses.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista, por tipos de índice (2011 = 100)

#### Causa

No confronto com janeiro de 2015, todas oito atividades apresentaram recuo. Por ordem de contribuição à taxa global os resultados, foram os seguintes: *Móveis e eletrodomésticos*, 24,3%, *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 5,8%, *Combustíveis e lubrificantes*, 14,1%, *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, 12,5%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 13,8%, *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 24,0%, *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 13,3% e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria, e cosméticos*, 0,2%.

No comércio varejista ampliado, ainda na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as variações foram de negativos 18,9% para *Veículos e motos, partes e peças*, e de negativos 18,5% para *Material de construção*.

#### Consequência

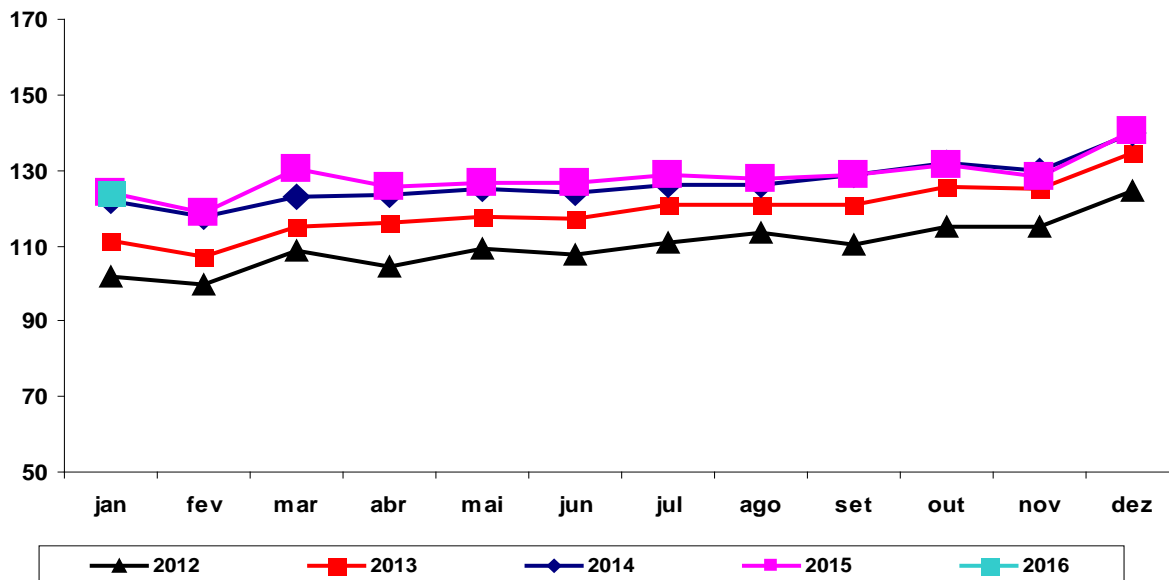
Os resultados do comércio varejista seguem apresentando indicadores negativos em quase todas as comparações. Para os próximos períodos não existem sinalizações de retomada do crescimento.

## Atividade

### Pesquisa Mensal de Serviços (Janeiro/2016) – IBGE

#### Fato

No mês de janeiro frente à igual mês do ano anterior o volume do setor de serviços teve queda de 5,0% e a receita nominal dos serviços caiu 0,1% e no acumulado em doze meses o volume retrocedeu 3,7% e a receita aumentou 1,1%.



FONTE: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

#### Causa

No confronto com janeiro de 2015, com relação ao volume de serviços, houve queda em todos os segmentos: *Serviços Prestados às Famílias*, 4,1%, *Serviços de Informação e Comunicação*, 2,1%, *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, 9,1%, *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, 5,8% e *Outros Serviços*, 7,9%.

#### Consequência

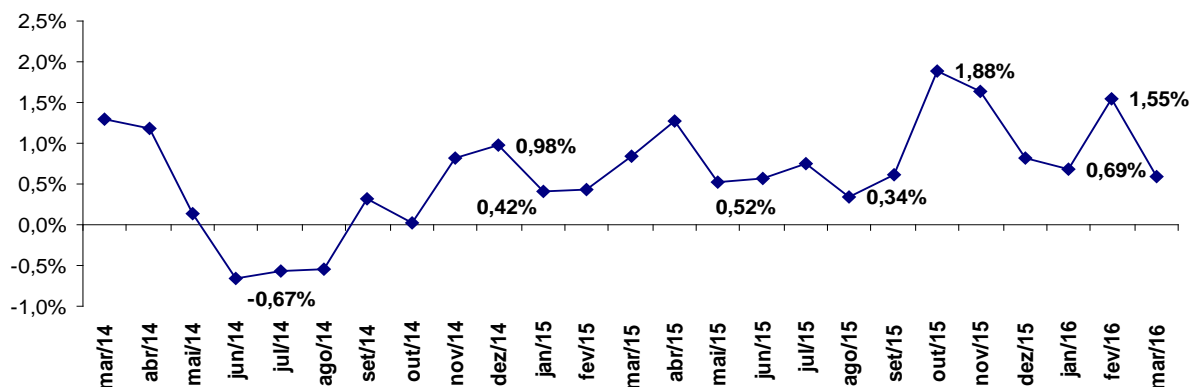
O segmento de serviços segue refletindo a crise econômica, a queda da massa salarial e a inflação, inexistindo fatores que apontem para recuperação nos próximos meses.

## Inflação

### IGP-10 (Março/2016) – FGV

#### Fato

O **IGP-10** registrou variação de 0,58% em março, diminuindo 0,97 p.p. com relação a fevereiro. No acumulado em doze meses a variação é de 11,78%.



FONTE: FGV

#### Causa

No mês de março, dentre os componentes do **IGP**, o **IPA**, recuou 1,13 p.p., apresentando variação de 0,56%, neste, a maior desaceleração foi proveniente dos *Bens Intermediários*, 1,99 p.p., com variação de negativos 0,65 %, contribuiu para a menor variação do grupo *materiais e componentes para a manufatura*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram variação 0,99 p.p. menor, Consequência de menores variações de *soja, milho e cana-de-açúcar*. Os *Bens Finais* registraram recuo de 0,38 p.p., decorrente da menor variação nos *bens de consumo não duráveis, exceto alimentação e combustíveis*.

O **IPC** teve desaceleração de 1,03 p.p., com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pelo arrefecimento do índice, neste grupo destacou-se o comportamento das *hortaliças e legumes*. Os grupos *Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Habitação, Saúde e Cuidados Pessoais e Vestuário*, também apresentaram redução de *índice de preços*. O **INCC** teve aquecimento de 0,23 p.p., com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e aceleração em *Mão de Obra*.

#### Consequência

Em março o índice voltou a apresentar recuo. Para os próximos meses a expectativa é de manutenção da *tendência de desaquecimento*, fruto inclusive da *desaceleração econômica*.

#### Consequências

Os resultados negativos do **ICI** apontam para um humor em baixa dos empresários, reduzindo as expectativas de retomada do crescimento neste início do ano, o que deverá trazer reflexos no **PIB** e no *nível de emprego*.

## Inflação IGP-M (Março/2016) – FGV

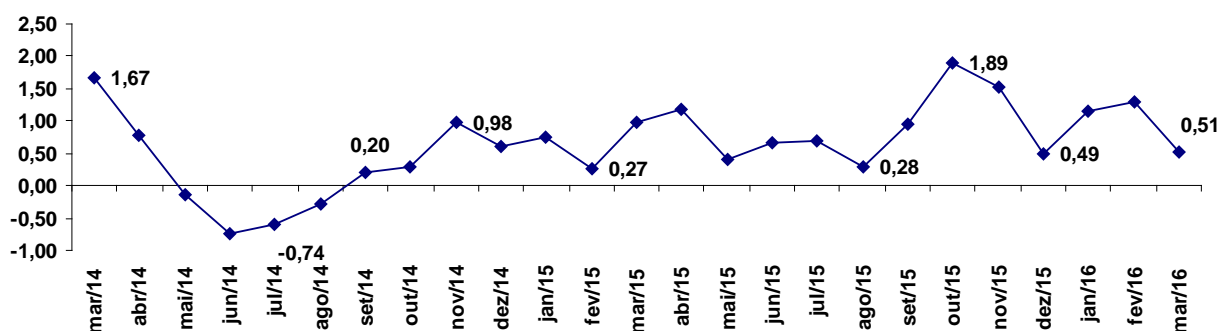
### Fato

O **IGP-M** de março registrou variação de 0,51%, 0,78 p.p. abaixo da variação de fevereiro. Em doze meses o acumulado é de 11,56%.

### Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA** apresentou desaceleração de 1,01 p.p., com variação de 0,44 %. Neste componente destacou-se o grupo *Bens Intermediários*, com recuo de 2,09 p.p. frente ao mês anterior, sendo o principal responsável pela desaceleração o item *materiais e componentes para a manufatura*. Os *Bens Finais* aumentaram a taxa de variação em 0,09 p.p., em decorrência da maior variação dos preços dos *alimentos in natura*. As *Matérias-Primas Brutas* tiveram variação 1,01 p.p. maior, sendo o principal responsável pelo desaquecimento os itens *milho, soja e mandioca*.

O **IPC** desacelerou-se 0,61 p.p., atingindo 0,58%. A principal contribuição para o decréscimo partiu do grupo *Habituação*. Nesta classe de despesa vale citar o comportamento do item *tarifa de eletricidade residencial*. Também tiveram queda nas variações: *Transporte, Educação, Leitura e Recreação e Alimentação*. Na composição do **INCC**, que avançou 0,27 p.p. com relação ao mês anterior, apresentando variação de 0,79%. Com menor variação em *Materiais, Equipamentos e Serviços*, 0,15 p.p., e maior em *Mão de Obra*, 0,65 p.p., atingindo 0,53% e 1,16%, respectivamente.



FONTE: FGV

### Consequência

O índice segue em trajetória de acomodação, decorrente principalmente como consequência da *retração econômica*. Todavia, nos valores acumulados a *inflação* permanece alta.



## IGP-DI (Fevereiro/2016) – FGV

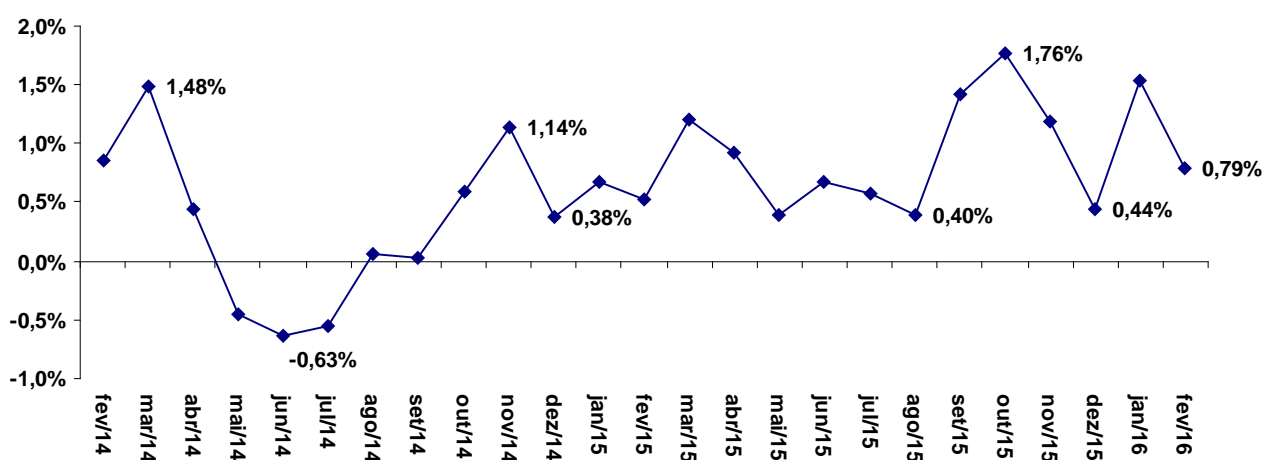
### Fato

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou variação 0,79% em fevereiro, desacelerando 0,74 p.p. ante a *inflação* registrada em janeiro. Em doze meses a variação foi de 11,93%.

### Causa

No mês, o **IPA** teve desaceleração de 0,79 p.p. com variação de 0,84%, motivado por desaquecimento nos *Bens Intermediários*, 1,54 p.p. com destaque para *materiais e componentes para a manufatura*. Nos *Bens Finais*, ocorreu desaquecimento de 0,48 p.p., com a queda mais expressiva em *bens de investimento e nas Matérias-Primas Brutas* a desaceleração foi de 0,25 p.p, decorrente da menor variação em *soja, suínos e milho*.

O **IPC** desacelerou 1,02 p.p., chegando a 0,76%, com as contribuições mais relevantes para a desaceleração provenientes do grupo *Educação, Leitura e Recreação*, com destaque para  *cursos formais*, também apresentaram recuo *Alimentação, Habitação, Transportes, Vestuário e Despesas Diversas*. O **INCC** teve variação aumentada em 0,15 p.p., com recuo em *Materiais, Equipamentos e Serviços* e avanço em *Mão de Obra*.



Fonte: FGV

### Consequência

Nos últimos meses o índice vem apresentando oscilação entre avanço e recuo. Para os próximos meses a expectativa é de desaceleração, motivada pelas expectativas de agravamento da recessão.

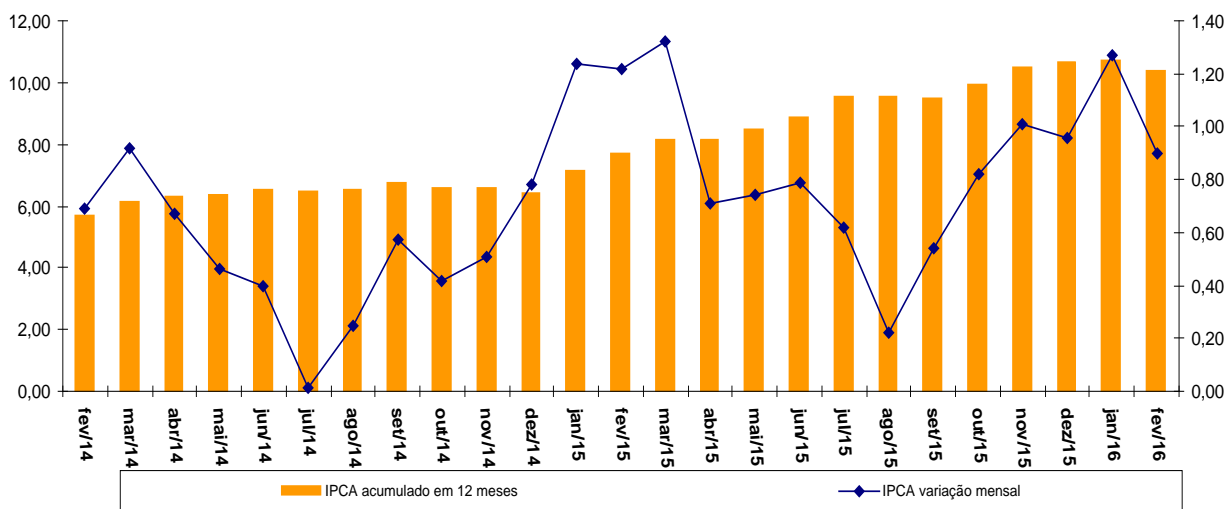
## Inflação IPCA (Fevereiro/2016) – IBGE

### Fato

O **IPCA** variou 0,90% em janeiro, 0,37 p.p. abaixo da variação de dezembro. O índice acumulado em doze meses é de 10,36%, inferior ao registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 10,71%. Em **Curitiba** o índice acelerou 0,10 p.p., registrando variação de 0,83%.

### Causa

A variação registrada no mês se deve principalmente ao grupo *Educação*, que atingiu 5,90%, decorrente dos reajustes nos  *cursos regulares*. *Alimentação e Bebidas*, embora tenha tido desaceleração, foi a segunda maior variação no mês, 1,06%. Os principais *alimentos* em alta foram *cenoura* e *farinha de mandioca*, entre os produtos em queda destacam-se o *tomate* e a *batata-inglesa*.



FONTE: IBGE

### Consequência

Anteriormente ao recuo de fevereiro, o **IPCA** vinha apresentando forte aceleração. As expectativas, para os próximos meses, são de arrefecimento, decorrente principalmente da queda da demanda interna.

## Inflação

### IPCA - 15 (Março/2016) – IBGE

#### Fato

O IPCA – 15 registrou variação de 0,43 % em março, 0,99 p.p. abaixo do registrado em fevereiro. Nos últimos doze meses o acumulado é de 9,95% e no ano, 2,79%. **Em Curitiba a variação foi de 0,55%**, 0,59 p.p., inferior a de fevereiro, acumulando 2,24 % no ano e 11,04% em doze meses.

#### Causa

No mês o aquecimento foi fortemente influenciado por *energia elétrica* com queda de 2,87%, e que exerceu o impacto negativo mais expressivo, 0,11 p.p. No mês apenas *Artigos de Residência* e *Vestuário* não apresentaram desaceleração nas taxas de crescimento. Os *Alimentos*, embora responsáveis por 46% do índice, com impacto de 0,20 p.p., mostraram significativa redução, 1,15 p.p.

#### Consequência

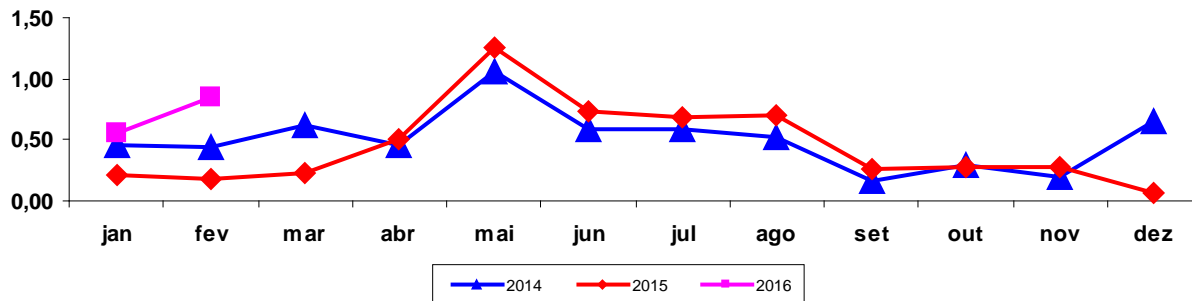
A inflação segue apresentando desaceleração, principalmente em decorrência da crise econômica e da elevação da taxa de desemprego. Para os próximos meses é esperado continuidade no arrefecimento.

## Inflação

### Custos e Índices da Construção Civil (Fevereiro/2016) – IBGE - Caixa Econômica Federal

#### Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,84% em fevereiro, 0,29 p.p. acima da variação de janeiro. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 968,70, em janeiro, para R\$ 976,82 em fevereiro sendo R\$ 523,53 relativos aos *materiais* e R\$ 453,29 à *mão-de-obra*. No **Estado do Paraná**, a variação mensal foi de 0,40% e em doze meses 7,79%, chegando o *custo por metro quadrado* a R\$ 1.003,95.



FONTE: IBGE e CAIXA

#### Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 1,04%, 0,64 p.p. acima do índice de janeiro e a componente *mão-de-obra* reduziu a taxa de variação em 0,12 p.p., passando de 0,72% em janeiro para 0,60% em fevereiro. Os *custos regionais*, por metro quadrado, foram: R\$ 1.010,58 no Sudeste, R\$ 1.006,32 no Norte, R\$ 986,11 no Centro-Oeste, R\$ 1.011,28 no Sul e R\$ 911,11 no Nordeste.

#### Consequência

A variação de fevereiro registrou forte aceleração, uma vez que o índice vinha se mantendo em patamar comportado. Em março, decorrente do reajuste salarial em alguns Estados, o índice deverá apresentar maior aceleração, o que irá se repetir com intensidade maior em maio, como consequência do *dissídio* da categoria em São Paulo.

## **Inflação**

### **IPP - Índices de Preço ao Produtor (Fevereiro/2016) – IBGE**

#### **Fato**

O IPP apresentou variação negativa de 0,58% em fevereiro, ficando, portanto inferior à variação do mês anterior, 0,68%. No acumulado em 12 meses, houve desaceleração de 1,42 p.p. frente ao apurado no mês anterior, atingindo 8,57%. No acumulado do ano a variação está em 0,09%.

#### **Causa**

No mês, dez das vinte e quatro atividades apresentaram variações positivas, as maiores variações provenientes de *refino de petróleo e produção de álcool, confecção de artigos do vestuário e acessórios, bebidas e outros produtos químicos*. No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *indústrias extrativas, produtos de metal, confecção de artigos do vestuário e acessórios e bebidas*.

#### **Consequência**

A *desaceleração dos preços* ao produtor em fevereiro deve se configurar em menores *pressões inflacionárias* para os próximos meses.

## **Operações de Crédito**

### **Nota à Imprensa (Fevereiro/2016) - BACEN**

#### **Fato**

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.184 bilhões em fevereiro. A relação entre o *crédito total e o PIB* recuou 0,4 p.p. frente ao mês anterior e cresceu 1,1 p.p. na comparação com março de 2015. A *taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro*, computadas as operações com *recursos livres e direcionados* atingiu 31,8% a.a., e a *taxa de inadimplência* atingiu 3,5%.

#### **Causa**

O *volume total das operações de crédito* em abril apresentou retração de 0,5% no mês e elevação de 5,3% em doze meses. Os *empréstimos contratados com recursos livres*, que representam 50,4% do total, atingiram R\$ 1.605 bilhões, caindo 0,6% no mês e crescimento de 2,6% com relação a fevereiro de 2015. No segmento de *pessoa jurídica*, houve queda de 1,0% no mês chegando a R\$ 803 bilhões, destacando-se os recuos em *capital de giro e desconto de duplicatas*. Os *empréstimos realizados às pessoas físicas* diminuíram 0,3%, chegando a R\$ 802 bilhões.

No *crédito direcionado* houve queda de 0,3% no mês e expansão de 8,2% em doze meses, chegando a R\$ 1.580 bilhões. Esse desempenho resultou de decréscimo mensal de 0,9% nos financiamentos a *pessoas jurídicas*, e aumento de 0,5% no saldo referente a *pessoas físicas*, somando R\$ 865 bilhões e R\$ 714 bilhões, respectivamente. No segmento de *pessoas físicas* destacou-se o recuo nos financiamentos para investimentos do BNDES e no segmento a *pessoas jurídicas* o crescimento nos *financiamentos imobiliários*.

As *taxas médias geral de juros* apresentaram elevação de 0,4 p.p. no mês e 6,1 p.p. em doze meses. Considerando apenas o *crédito livre*, o custo médio situou-se em 50,6%, com altas de 1,0 p.p. no mês e 10 p.p. em doze meses. Para *pessoa física* a *taxa média de juros* no crédito livre atingiu 68,0% a.a., com alta de 1,6 no mês. Nas *pessoas jurídicas*, ainda no *crédito livre* a taxa situou-se em 31,9%, com avanço de 0,2 p.p. no mês.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* atingiu 3,5%, registrando estabilidade no mês e expansão de 0,7 p.p. em doze meses. A *taxa de inadimplência* relativa a *pessoas físicas* situou-se em 4,3% com estabilidade no mês e para *pessoas jurídicas* foi registrada elevação de 0,1 p.p. situando-se em 2,8%.

#### **Consequência**

No mês houve retração, ao longo do ano o indicador deverá apresentar relativa estabilidade com expansão marginal, não devendo ocorrer maiores sobressaltos, ficando a expansão condicionada a alguma *recuperação econômica*.

## Setor Externo

### Nota à Imprensa (Fevereiro/2016) - BACEN

#### Fato

Em fevereiro, as *Transações Correntes* registraram *déficit* de US\$ 1,9 bilhão. As *reservas internacionais* no conceito de *liquidez* aumentaram US\$ 1,9 bilhão, totalizando US\$ 371,7 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 330,7 bilhões, com diminuição de US\$ 3,9 bilhões em relação à posição de dezembro de 2015.

#### Causa

Em doze meses, o *saldo da conta de transações correntes* foi negativo em US\$ 46,3 bilhões. A *conta capital e financeira* registrou entrada líquida de US\$ 1,4 bilhão, destacando-se no mês, os *ingressos líquidos em investimentos diretos no país*, US\$ 5,9 bilhões. A *conta de serviços* registrou *déficit* de US\$ 1,9 bilhão, 31,3% inferior ao observado no mesmo mês em 2015.

A movimentação das *reservas*, durante o mês foi consequência, principalmente, de *linhas de recompra, receita de remuneração das reservas, variações por preço e variações por paridade*. Em fevereiro, a *dívida externa de médio e longo prazo* diminuiu US\$ 7,3 bilhões, atingindo US\$ 276,3 bilhões, e a de *curto prazo* cresceu US\$ 3,4 bilhões, totalizando US\$ 54,4 bilhões.

#### Consequência

Apesar do recuo ainda é excessivo o *déficit em transações correntes*, que não tem impacto mais pernicioso decorrente *fluxo de capital em investimentos estrangeiros*.

## Política Fiscal

### Nota à Imprensa (Fevereiro/2016) - BACEN

#### Fato

Em fevereiro, o *setor público não financeiro* registrou *déficit* de R\$ 23 bilhões, acumulando no ano *superávit* de R\$ 4,9 bilhões. Em doze meses o resultado é de *déficit* de R\$ 125,1 bilhões (2,11% do PIB). O *resultado nominal* teve *déficit* de R\$ 52,8 bilhões, acumulando negativos R\$ 81,1 bilhões no ano e R\$ 638,6 bilhões (10,75% do PIB), em doze meses. A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 2.186,8 bilhões (36,8% do PIB). O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 29,8 bilhões, no mês, R\$ 86 bilhões no acumulado do primeiro bimestre e em doze meses os *juros* somam R\$ 513,4 bilhões, 8,64% do PIB. A *dívida bruta do governo geral* alcançou R\$ 4.017,3 bilhões, elevando-se 0,2 p.p. do PIB, atingindo 67,6%.

#### Causa

Na composição do *déficit primário* no mês, o *Governo Central* apresentou resultado negativo de R\$ 26,4 bilhões, os *governos regionais* e as *empresas estatais* por outro os tiveram *superávits* de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 662 milhões, respectivamente. Com relação aos *juros apropriados* em fevereiro, houve retração de R\$ 26,4 bilhões em relação ao total apropriado em janeiro.

Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, houve elevação de 1,0 p.p. na comparação com o mês anterior. Na comparação anual, a relação teve aumento de 0,6 p.p., influenciada principalmente pela *incorporação dos juros*.

#### Consequência

Preocupa os repetidos *déficits primários, a expansão do déficit nominal* e o crescimento da *dívida bruta*. A indefinição política e a demora em um provável *ajuste fiscal* comprometem sensivelmente os resultados, não sendo esperado para os próximos meses recuperação mais intensa.